

Estudo Técnico Preliminar 5/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23228.000466.2023-41

2. Descrição da necessidade

A contratação de seguros para frota de veículos oficiais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá, tem a finalidade de manter segurados os veículos pertencentes à frota, visto que, as atividades de caráter administrativo e pedagógico, como a participação em reuniões, treinamentos de cunho administrativo e pedagógico, viagens de estudo, serviços administrativos, bem como o transporte de cargas, são desenvolvidas fora da área do Instituto e/ou fora dos municípios das respectivas unidades, necessitando do transporte dos servidores e/ou alunos, através do uso da frota de veículos da Instituição.

Assim, a presente contratação é motivada pela necessidade de garantir a cobertura de despesas frente a eventuais danos que possam atingir os veículos deste IFAP, principalmente por se tratar de viaturas que circulam diariamente, estando assim em plena atividade. A contratação de seguro para os veículos deste IFAP constitui, portanto, forma eficiente de zelar e resguardar o patrimônio público, garantindo a recomposição do erário na ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda nos veículos segurados. O quantitativo estimado é composto por veículos em plena atividade pela Reitoria e Campi do IFAP, sendo que durante a vigência do contrato poderão vir a ser endossado novos veículos.

Importante ressaltar, que em caso de acidentes o tempo utilizado para manutenção corretiva dos veículos segurados sofre redução significativa, assim como o valor gasto com a referida manutenção, vez que o Ifap arca com o pagamento de despesa somente do valor da franquia contratada.

A contratação de Companhia Seguradora é para seguro de 19 (dezenove) veículos, sendo 3 Mitsubishi Triton L-200, 7 Toyota Hilux 4x4, 3 Nissan Versa, 1 Micro-ônibus Marcopolo, 1 Ônibus Maxibus/Lince, 3 Ônibus Mercedes Benz/Caio e um Caminhão Atego Marca Mercedes-Benz.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COADINF/REITORIA/IFAP	FÁBIO CONCEIÇÃO DA COSTA
SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES	LAURIMEIRE OLIVEIRA PEREIRA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	SABRINA GAMA DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

a) O presente serviço é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes;

b) Trata-se de Serviço de seguro total de veículos em atendimento às necessidades da Instituição, incluindo-se a atual frota de veículos do IFAP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o Estado do Amapá, inclusive com serviço de socorro (guincho), sem limite de quilometragem em qualquer caso que impossibilite o regular funcionamento dos veículos segurados, impedindo-os de se locomoverem por seus próprios meios;

c) Dentre os veículos existem aqueles que se encontram sob a utilização e guarda da Reitoria e Campus Macapá, ambos com Sede em Macapá/AP; e os veículos que se encontram localizados nos demais Campi do IFAP, com Sede em outros Municípios, tais: Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Oiapoque;

d) A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto da contratação;

e) O IFAP reserva-se do direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela Contratada estão compatíveis com os de mercado;

f) Aplicam-se as disposições da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos casos em que não contrariar as disposições contidas no Edital.

g) DA APÓLICE:

- Os contratos de seguro decorrentes da presente contratação terão prazos para emissão e vigência da apólice conforme abaixo:

- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura;

- O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, tendo início a contar da data definitiva na Ordem de Serviço;

- A apólice deverá ser emitida em até 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço;

- Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na contratação desde o recebimento da Ordem de Serviço, ainda que não emitida a apólice, caso em que a Contratada deverá fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.

h) DO CASCO:

- Limite máximo de indenização até o valor do veículo segurado, 100% da tabela FIPE;

- Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero-quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo contratante, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero-quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

- Responsabilidade civil facultativa (RCF – V) – Por veículo

- Valor para indenização de danos pessoais/morais – R\$ 100.000,00

- Valor para indenização de danos materiais – R\$ 100.000,00

- Valor para indenização de danos corporais – R\$ 100.000,00

- Acidente por passageiro (APP) – Por pessoa

- Valor para indenização morte por pessoa – R\$ 12.000,00

- Valor para indenização invalidez por pessoa – R\$ 12.000,00

i) DO SEGURO:

A seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até oficina mais próxima do acidente, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme descrito abaixo:

- Queda acidental em precipícios ou pontes;

- Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento ou capotagem acidental, inclusive envolvendo veículos da mesma frota;
- Raios e suas consequências, incêndio ou explosão decorrentes de qualquer causa; salvo exceções previstas em legislação específica;
- Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado;
- Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e/ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- Submersão total ou parcial do veículo em atolamento, bem como em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados no subsolo;
- Roubo ou furto, total ou parcial de veículo, inclusive os danos causados por tentativas de roubo ou furto, tais como disparo de projétil de arma de fogo;
- Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- Atos danosos praticados por terceiros, exceto quando configurar “prejuízos não indenizáveis pela Seguradora”, nos termos da legislação pertinente (Circular SUSEP nº 306/2005, ou instrumento mais atualizado);
- Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;
- Roubo ou furto total exclusivo do rádio, toca-cd/dvd e tacógrafo, desde que façam parte do modelo original do veículo, com aplicação da franquia estipulada da apólice para o veículo;
- Cobertura para reposição de vidros, faróis, lanternas e retrovisores para todos os veículos;
- Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências;
- Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF (Danos Materiais e Pessoais a Terceiros);
- Acidentes Pessoais por Passageiros – APP (Morte e Invalidez);
- Assistência 24h (vinte e quatro) horas, incluindo reboque;
- Coberturas adicionais de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
 - assistência em caso de pane mecânica;
 - assistência em caso de pane elétrica;
 - assistência em caso de pane seca;
 - disponibilidade de serviços de chaveiro, borracheiro e vidraceiro;
 - reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até 600 km;
 - transporte do motorista e passageiros do veículo segurado em caso de imobilização do veículo segurado;
 - transporte do motorista e passageiros do veículo segurado em caso de roubo ou furto do veículo segurado.
- Conforme dinâmica de mercado de seguro total de veículos, a assistência 24h para o serviço de borracheiro garante a troca do pneu furado ou avariado, pelo estepe quando o veículo segurado ficar impossibilitado de circular.

- E caso seja constatado que o estepe está sem condições de uso, por outros motivos que não seja falta de manutenção, então o prestador providenciará a remoção do veículo para uma borracharia mais próxima do local do evento.
- Será fornecido também um meio de transporte, definido pela seguradora, para os ocupantes do veículo segurado até o local onde o pneu será reparado, desde que o veículo esteja em trânsito.
- O seguro não cobre desgastes promovidos por falta de manutenção.

j) DO ENDOSSO:

- Quaisquer alterações na apólice, tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, quando couber, poderão ser solicitadas pelo Instituto Federal do Amapá, e processadas pela licitante vencedora, mediante endosso;
- Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto do contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo;
- A empresa vencedora deverá providenciar no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de solicitação pelo IFAP, as alterações na respectiva(s) apólice(s).

k) DA FRANQUIA:

- A Franquia considerada neste Termo de Referência é a reduzida, e os valores deverão constar obrigatoriamente nas propostas;
- A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);
- A franquia somente será cobrada quando houver danos parciais, sendo isenta nos casos de perda total, furto, roubo, danos causados pela natureza e quando resultar de pequenos acidentes em que o dano for causado apenas a terceiros;
- Os valores referentes às franquias, em caso de sinistro parcial, serão pagos pela Reitoria do IFAP, observado o seguinte:
- O valor referente à franquia deverá ser pago pelo IFAP, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação (Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS) regular; ou o sistema financeiro do IFAP não permita a operação, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;
- Os veículos serão reparados preferencialmente em concessionárias autorizadas da marca, em caso de sinistro;
- Os reparos poderão ser feitos em oficinas terceirizadas e credenciadas pela seguradora, desde que sejam autorizados pelo IFAP.
- Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

l) DO PERFIL DOS MOTORISTAS:

- Os veículos são conduzidos por motoristas terceirizados ou por servidores legalmente autorizados;
- As características individuais dos motoristas como tempo de habilitação e idade não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado; considerar como indeterminado.

m) DA GUARDA E UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS:

- Os veículos a serem, eventualmente, segurados são usados para transporte de servidores/alunos pertencentes aos campi do IFAP, além de colaboradores a serviço, sendo que eventualmente, são utilizados para transporte de bens patrimoniais (mesas, armários, etc.) entre um campus e outro, no Estado do Amapá;
- Os veículos quando estão na Reitoria ou Campi do Instituto Federal do Amapá, permanecem recolhidos em estacionamento privado e fechado;
- Dentre os veículos a serem, eventualmente, segurados não existe algum que tenha sido transformado, blindado, ou que seja utilizado em uso policial ou ambulância;
- Não há previsão de quantidade de quilômetros a serem percorridos pelos veículos da frota do IFAP no período de vigência do seguro.

n) DA VISTORIA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA:

- A empresa interessada em vistoriar os veículos a serem segurados, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis. A data e o horário da vistoria poderão ser marcados junto ao setor de Transportes da Reitoria, e deverão ocorrer em até 03 (três) dias da data marcada para abertura do certame licitatório;
- Tendo em vista a faculdade de realização de vistoria, os licitantes (seguradoras) não poderão alegar desconhecimento das condições e o grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da contratação, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios;
- Após a realização do processo de licitação, a empresa contratada poderá realizar vistoria dos veículos, observado que o valor contratado não poderá ser alterado.

o) DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

- Os serviços porventura executados pela(s) oficina(s) credenciada(s) pela Contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados do Recebimento Definitivo;
- Caso a empresa apresente prazo de garantia superior ao estipulado acima, o novo prazo será considerado para o termo final;
- A garantia abrange peças e materiais utilizados e serviços executados pela(s) oficina(s) credenciada(s), observadas as legislações em defesa do consumidor;

5. Levantamento de Mercado

- Foram realizadas pesquisas de mercado a fim de verificar quais as práticas existentes disponíveis, bem como aquelas adotadas atualmente pelos órgãos públicos no que tange ao objeto contratual, de forma a aperfeiçoar a contratação do IFAP em um método que atenda da melhor forma possível a instituição, dentro de padrões orgânicos de razoabilidade e economicidade aceitáveis.
- Quanto às opções disponíveis no mercado, os serviços a serem contratados podem ser prestados por diversas empresas, uma vez que os serviços são considerados de natureza comum, haja vista se tratar de serviços cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, além de serem encontráveis amplamente no mercado. Segue abaixo algumas empresas que prestam este tipo de serviço:

Fornecedor	CNPJ
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A	61.074.175/0001-38

GENTE SEGURADORA S.A	90.180.605/0001-02
SEGUROS SURA S.A.	33.065.699/0001-27
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	61.198.164/0177-20
ALLIANZ SEGUROS S/A	61.573.796/0001-66

- Informamos ainda, que conforme Relatório do Mapa Estratégico de Fornecedores: PAGAMENTO COBERTURAS SEGURO VEÍCULO (em anexo), gerado pela ferramenta Banco de Preços:

Fornecedores Encontrados: 22 e Fornecedores Micro Empresas: 4.

- Ressaltamos que na pesquisa específica para o estado do Amapá, não foram encontrados fornecedores.

6. Descrição da solução como um todo

- No âmbito da administração pública, verifica-se que o Tribunal Superior do Trabalho, por meio do Pregão eletrônico nº 30 /2022-A, licitou o referido o objeto para cobertura de veículos de sua propriedade. Outro órgão que serve de parâmetro é o Superior Tribunal Federal, Pregão eletrônico nº 80/2018 para contratação de seguradora a fim de resguardar a frota de veículos pertencentes àquele órgão. Assim como o Superior Tribunal de Justiça, Pregão eletrônico nº 101/2021 e 22/2022, e o Superior Tribunal Militar, Pregão nº 203/2022 para contratação de seguradora a fim de resguardar a frota de veículos pertencentes ao órgão.

- Desta forma, verifica-se ser comum a contratação de seguro total para resguardar o patrimônio no âmbito de órgão públicos, além de mais vantajoso para a Administração. O seguro na modalidade parcial foi desenvolvido pelas seguradoras com o foco na pessoa física para tentar reduzir o valor do seguro total, desta forma, esta modalidade apresenta a cobertura parcial de acordo com o perfil e utilização do veículo. Em complemento, o seguro na modalidade parcial, apresenta característica marcante na personalização do usuário, não apresenta cobertura total, cada empresa apresenta um tipo de cobertura, não sendo padrão no mercado, além disso, visa uma análise técnica minuciosa de acordo com cada veículo, (estado de conservação, modelo, ano), condutores (idade dos condutores), localização das garagens, análise dos, possíveis, percursos a serem percorridos dentre outras peculiaridades. E por se tratar de uma exceção à regra, percebe-se que o objeto do contrato pode apresentar um custo maior e uma lentidão para a análise de cada unidade veicular, já que os participantes do processo podem não apresentar interesse neste critério de seguro. Ademais, a pesquisa de campo realizada por esta unidade não encontrou nos órgãos pesquisados a modalidade de seguro parcial.

- Nesse sentido, esta equipe sugere para a Administração não optar por esta modalidade de seguro parcial, pois apesar de não haver dado estatístico preciso, e por se tratar de uma modalidade desenvolvida para atender as pessoas físicas, e alinhado na pesquisa com os órgãos mencionados neste Estudo Preliminar é nítida a opção pelo seguro na modalidade total, uma vez que os veículos são utilizados no formato rotativo com o rodízio diário de vários condutores. Portanto, o seguro parcial se torna inviável para o IFAP.

- A contratação de seguro total apresenta ser a solução mais viável de forma a garantir e resguardar o patrimônio público quanto aos veículos institucionais e o ressarcimento de danos a pessoas. O seguro total cobre casos de roubo, furto, incêndio, acidentes de trânsito, danos materiais e corporais causados a terceiros, assistência de 24 horas. O seguro parcial cobre apenas furto, roubo e incêndio. Considerando o exposto, e ainda considerando a natureza do serviço e sua essencialidade e a finalidade de garantir a continuidade dos serviços relacionados ao transportes, pode-se afirmar que o seguro total é a melhor opção para o órgão, haja vista sua ampla cobertura, de forma que as apólices a serem contratadas deverão contemplar no mínimo coberturas contra sinistros, colisão, furtos, indenização inerente a danos materiais e morais, tanto próprio quanto de terceiro prejudicado, e ainda, cobertura para reparo de retrovisores, faróis, lanternas e vidros. Tais itens deverão constar detalhadamente no Termo de Referência

- Quanto a modalidade de licitação, conforme estudo colocado acima, vários órgãos optam pelo Pregão Eletrônico e por tratar-se de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, esta administração também optará pela modalidade de licitação pregão eletrônico, de acordo com o art. 1º, Parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002.

- Ressalta-se que o contrato atual, abrange toda a frota do IFAP, centralizada a gestão do contrato na reitoria, no entanto, diante da autonomia de cada unidade, bem como a importância de se garantir a ampliação de competitividade, o certame será por item, ou seja, o serviço de seguro total para a frota de cada unidade.

- Quanto a natureza do serviço, observou-se que vários contratos de outros órgãos são de natureza continuada, um no qual podemos citar é do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, anexado a este estudo.

- E conforme já mencionado, este é um tipo de contratação que visa garantir a proteção do interesse do IFAP em relação aos veículos contra os resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem, além de zelar pelo patrimônio público, conforme preconizado pelo princípio constitucional da eficiência.

Assim, entende-se necessária a contratação de seguro total para a frota de veículos do Órgão, a fim de garantir a continuidade dos serviços relacionados ao transporte de alunos, servidores, colaboradores ou grupos de pessoas.

Ressalta-se que buscou análise técnica da ferramenta SOLICITA, quanto a natureza do serviço, conforme anexo.

Assim, a solução definida é:

Pregão Eletrônico para contratação de serviço de **seguro total de veículos** em atendimento às necessidades da Instituição, incluindo-se a atual frota de veículos do IFAP (Reitoria e seus *Campi*), com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o Estado do Amapá, inclusive com serviço de socorro (guincho), sem limite de quilometragem em qualquer caso que impossibilite o regular funcionamento dos veículos segurados, impedindo-os de se locomoverem por seus próprios meios. A contratação de Companhia Seguradora é para seguro de 19 (dezenove) veículos, sendo 3 Mitsubishi L-200, 7 Toyota Hilux 4x4, 3 Nissan Versa, 1 Micro-ônibus Marcopolo, 1 Ônibus Maxibus/Lince, 3 Ônibus Mercedes Benz/Caio e 1 caminhão Atego 1725 com cabine.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- Abaixo está o detalhamento do quantitativo de serviços solicitados, somados os quantitativos de veículos da Reitoria e Campi do Ifap:

ITEM	CAMPUS	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	ANO /MOD	PLACA	CHASSI	COD. FIPE	VALOR FIPE (maio /2023)
1	REITORIA	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/12	NET 5102	8AJFR22G2C4555355	002088-5	R\$ 103.572,00
2	REITORIA	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NET5101	8AJFR22G7C4555318	002088-5	R\$ 103.572,00

3	REITORIA	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6532	8AJFR22GXB4553125	002088- 5	R\$ 103.572,00
4	PORTO GRANDE	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6692	93XLNKB8TGCF15816	002088- 5	R\$ 103.572,00
5	MACAPÁ	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6712	8AJFR22G9B4553102	002088- 5	R\$ 103.572,00
6	LARANJAL DO JARI	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NET 6672	8AJFR22G0B4553053	002088- 5	R\$ 103.572,00
7	OIAPOQUE	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6682	8AJFR22GXB4553075	002088- 5	R\$ 103.572,00
8	LARANJAL	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	16/17	QLO- 2108	93XLNKB8THCG22685	022125- 2	R\$ 109.620,00
9	PORTO GRANDE	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	08/09	NEM- 1562	93XPNK7409C851979	022093- 0	R\$ 79.268,00
10	SANTANA	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	15/16	QLN 9763	93XLNKB8TGCF15912	022125- 2	R\$ 104.850,00
11	MACAPÁ	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX /START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3631	940BCAN17GB110691	023137- 1	R\$ 46.835,00
12	REITORIA	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX /START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3632	94DBCAN17GB110449	023137- 1	R\$ 46.835,00
13	SANTANA	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX /START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3633	94DBCAN17GB110667	023137- 1	R\$ 46.835,00

14	MACAPÁ	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO W9	11/11	NEO-0248	93PB40E3PBC036683	508010-0	R\$ 103.021,00
15	MACAPÁ	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ /CAIO LO 916.ORE - DIESEL	18/19	QLQ-7797	9BM979277KB117997	Sem FIPE	Não Encontrado
16	MACAPÁ	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ /CAIO LO 916.ORE - DIESEL	18/19	QLQ-8800	9BM979277KB117904	Sem FIPE	Não Encontrado
17	MACAPÁ	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ /CAIO LO 916.ORE - DIESEL	18/19	QLQ-8801	9BM979277KB117893	Sem FIPE	Não Encontrado
18	MACAPÁ	ÔNIBUS MAXIBUS/LINCE 3,65 41 PASSAGEIROS, CARROCERIA Nº SÉRIE 3998 BRANCO DIESEL	11/12	NET 3421	9BVR2J622CE381772	Sem FIPE	Não Encontrado
19	PORTO GRANDE	CAMINHÃO ATEGO 1725, CABINE, PLACA JKK 9398, MARCA MERCEDES-BENS, 6 CILINDROS - DIESEL	11/11	JKK 9398	9BM958074BB815681	509232-9	R\$ 175.885,00

- Acerca dos veículos sem valor FIPE, o Ifap resguardar-se-á pelo disposto em norma específica vigente Susep, a qual rege a dinâmica de seguro no mercado, podendo as licitantes apresentarem valor determinado para a cobertura do casco, ou outra forma estabelecida e regida pela lei.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Informamos que todo o procedimento administrativo utilizado para a realização da pesquisa de preços do presente processo foi fundamentado e instruído conforme as INSTRUÇÃO NORMATIVA No 73 de 05 de Agosto de 2020, do Ministério da Economia, além de entendimentos do TCU constantes nos Acórdãos no 2318 de 03/09/2014 – Plenário, 2816 de 22/10/2014 – Plenário, 403/2013 - Primeira Câmara - TCU e Acórdão 1108/2007, e demonstra-se abaixo a devida justificativa, bem como análise crítica dos preços encontrados.

Em atendimento ao disposto no Art. 5º da referida IN, justificamos que utilizamos a ferramenta Banco de Preços, que disponibiliza, de maneira rápida e didática, os preços resultantes de aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório (atendendo aos incisos I e II).

Informamos ainda, que conforme Art. 6º da referida IN, o método utilizado para obtenção do preço estimado foi a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, com cálculo incidente sobre um conjunto de três preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, como já citado acima. Importante ressaltar, que considera-se em termos da licitação que os

valores obtidos serão o "preço máximo", ou seja, valor de limite que a administração se dispõe a pagar por determinado objeto, levando-se em consideração o preço estimado, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis.

O total estimado para esta contratação foi no valor de **R\$ 50.236,30 (cinquenta mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	ANO/MOD	PLACA	CHASSI	COD. FIPE	VALOR ESTIMADO
Reitoria (UASG:158150) : Local de guarda - Rodovia 210, Km 03, s/n, Bairro Brasil Novo, Macapá/AP, CEP: 68.909-398						
1	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/12	NET 5102	8AJFR22G2C4555355	002088-5	R\$ 3.558,72
	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NET 5101	8AJFR22G7C4555318	002088-5	R\$ 3.166,67
	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6532	8AJFR22GXB4553125	002088-5	R\$ 2.863,33
	NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX /START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3632	94DBCAN17GB110449	023137-1	R\$ 1.186,76
Total						R\$ 10.775,48
Campus Macapá (UASG: 158159): Local de guarda - Rodovia 210, Km 03, s/n, Bairro Brasil Novo, Macapá/AP, CEP: 68.909-398						
2	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6712	8AJFR22G9B4553102	002088-5	R\$ 2.863,33
	NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX /START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3631	940BCAN17GB110691	023137-1	R\$ 1.186,76
	MICRO-ONIBUS MARCOPOLLO W9	11/11	NEO-0248	93PB40E3PBC036683	508010-0	R\$ 2.986,65
	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ/CAIO LO 916.ORE - DIESEL	18/19	QLQ-7797	9BM979277KB117997	Sem FIPE	R\$ 4.497,64
	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ/CAIO LO 916.ORE - DIESEL	18/19	QLQ-8800	9BM979277KB117904	Sem FIPE	R\$ 2.993,90
	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ/CAIO LO 916.ORE - DIESEL	18/19	QLQ-8801	9BM979277KB117893	Sem FIPE	R\$ 3.077,13
	ÔNIBUS MAXIBUS/LINCE 3,65 41 PASSAGEIROS, CARROCERIA Nº SÉRIE 3998 BRANCO DIESEL	11/12	NET 3421	9BVR2J622CE381772	Sem FIPE	R\$ 2.993,90

Total						R\$ 20.599,31
Campus Santana (UASG: 155592): Local de guarda - Rodovia Duca Serra, s/n – Bairro Paraíso, Santana/AP, CEP: 69.925-000						
3	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	15/16	QLN 9763	93XLNKB8TGCF15912	022125-2	R\$ 2.018,91
	NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX /START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3633	94DBCAN17GB110667	023137-1	R\$ 1.186,76
Total						R\$ 3.205,67
Campus Porto Grande (UASG: 155941): Local de guarda: Rodovia Perimetral Norte (BR-210), km 103, S/N, CEP 68997-000, Porto Grande-AP						
4	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6692	93XLNKB8TGCF15816	002088-5	R\$ 2.863,33
	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	08/09	NEM-1562	93XPKNK7409C851979	022093-0	R\$ 1.475,90
	CAMINHÃO ATEGO 1725, CABINE, PLACA JKK 9398, MARCA MERCEDES-BENS, 6 CILINDROS - DIESEL	11/11	JKK 9398	9BM958074BB815681	509232-9	R\$ 3.106,09
Total						R\$ 7.445,32
Campus Laranjal do Jari (UASG: 158169): Local de guarda - Rua Nilo Peçanha, 1263 – Bairro Cajari, Laranjal do Jari/AP, CEP: 68.920-000						
5	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	16/17	QLO-2108	93XLNKB8THCG22685	022125-2	R\$ 2.588,86
	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NET 6672	8AJFR22G0B4553053	002088-5	R\$ 2.758,33
Total						R\$ 5.347,19
Campus Avançado do Oiapoque (UASG: 158159): Local de guarda - Rua Joaquim Caetano da Silva, nº 460 – Bairro Centro, Oiapoque/AP, CEP: 68.980-000						
6	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6682	8AJFR22GXB4553075	002088-5	R\$ 2.863,33
Total						R\$ 2.863,33

Abaixo, segue o quadro da licitação, que foi resumido a um item para cada unidade. o critério de julgamento será menor preço POR ITEM, ampliando a competitividade:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID MEDIDA	(A) QTDE	(A*B) VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO

1	Serviço de Seguro Total de Veículos para frota da Reitoria (4 veículos)	22764	SERV	1	R\$ 10.775,48
2	Serviço de Seguro Total de Veículos para frota do Campus Macapá (7 veículos)	22764	SERV	1	R\$ 20.599,31
3	Serviço de Seguro Total de Veículos para frota do Campus Santana (2 veículos)	22764	SERV	1	R\$ 3.205,67
4	Serviço de Seguro Total de Veículos para frota do Campus Porto Grande (3 veículos)	22764	SERV	1	R\$ 7.445,32
5	Serviço de Seguro Total de Veículos para frota do Campus Laranjal do Jari (2 veículos)	22764	SERV	1	R\$ 5.347,19
6	Serviço de Seguro Total de Veículos para frota do Campus Avançado do Oiapoque (1 veículos)	22764	SERV	1	R\$ 2.863,33
TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 50.236,30

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A realização de licitação por itens ou lotes, está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93:

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Assim, com vistas ao entendimento no sentido de que a regra para as aquisições/contratações é o fracionamento em parcelas (conforme a viabilidade), o agrupamento de itens nas contratações torna-se exceção. Desse modo, o fracionamento em parcelas configura-se na solução mais indicada, dado que não há elementos que demonstrem a inviabilidade da adjudicação por item de cada unidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há neste Órgão contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto da presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do serviço proposto encontra amparo no Plano Anual de Contratações - 2023:

- Grupo: SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS
- Itens: 176-189

Bem como, encontra-se alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) do Ifap, no âmbito das estratégias e metodologias das áreas meio, Dimensão 9 – Engenharia e Infraestrutura – Quadro 13, conforme abaixo:

- *Objetivo: aumentar a segurança dos bens patrimoniais do Ifap.*

12. Resultados Pretendidos

Por meio da presente contratação tem-se o objetivo de resguardar o patrimônio do Ifap, visto que trata-se da frota de veículos do Instituto, utilizada no transporte de servidores, alunos, colaboradores, todos em função da atividade da organização, e também é utilizada no transporte de bens e materiais, quando cabível.

Além do objetivo principal acima, é importante mencionar que em caso de acidentes, o tempo utilizado para manutenção corretiva dos veículos segurados sofre redução significativa, assim como o valor gasto com a referida manutenção, vez que o Ifap arca com o pagamento de despesa somente do valor da franquia contratada, o que gera economicidade e aproveitamento dos recursos disponíveis.

13. Providências a serem Adotadas

Por meio desta contratação a contratada deverá assegurar os recursos materiais necessários para a execução dos serviços que lhe forem demandados e utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade dos serviços. Para tanto, o Ifap permitirá o livre acesso das pessoas autorizadas da Contratada, durante o horário a ser estabelecido entre as partes, às dependências do órgão, desde que devidamente identificadas, proporcionando todas as facilidades para que a organização Contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas e critérios da contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Dada a natureza do serviço que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental já abordados no item 4 deste ETP.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Devido o preenchimento do referido ETP e seus anexos, verifica-se a viabilidade do referido documento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SABRINA GAMA DOS SANTOS

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO



Assinou eletronicamente em 26/06/2023 às 11:14:42.

LAURIMEIRE OLIVEIRA PEREIRA

CHEFE DE SEÇÃO



Assinou eletronicamente em 26/06/2023 às 14:21:04.

MARCIO LUIS GOES DE OLIVEIRA

ADMINISTRADOR



Assinou eletronicamente em 26/06/2023 às 12:06:48.



Documento assinado digitalmente

FABIO DA CONCEICAO COSTA

Data: 27/06/2023 10:12:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FÁBIO DA CONCEIÇÃO COSTA

CHEFE DE SEÇÃO

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - QUADRO DE PREÇO - SEGURO DE VEÍCULOS.pdf (1.43 MB)
- Anexo II - MapaEstrategico_22764_2023-06-23_12-52-34.pdf (71.13 KB)
- Anexo III - ESTUDO SOLICITA.pdf (132.79 KB)
- Anexo IV - CONTRATO CNJ.pdf (853.53 KB)

**Anexo I - QUADRO DE PREÇO - SEGURO DE
VEÍCULOS.pdf**

DATA				25/05/23		ASSUNTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO						
INTERESSADO (Órgão Gerenciador)						PROCESSO: 23228.000466.2023-41 - CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO DE VEÍCULOS						
REITORIA/IFAP						DESTINO						
						CAMPI E REITORIA						
DADOS DA PESQUISA DE PREÇOS/FORNECEDORES												
ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	UND	QUANT	PARÂMETRO DE PESQUISA DE PREÇO		DADOS PAINEL/SITE/ FORNECEDOR	DATA DA COMPRA/COTAÇÃO	PREÇO R\$ UNIT	PREÇO R\$ TOT.	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL	
1	Seguro de veículo – Seguro de veículo para toyota hilux cd d4, d 4x4, 2,5 16 v 102cv tb– diesel, ano/mod. 2011/2012, placa net 5102, chassi 8ajfr22q2c455355;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 925509)	NºPregão:112023	24/2/23	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.558,72	R\$ 3.558,72	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158148)	NºPregão:812022	26/12/22	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 183039)	Dispensa de Licitação Nº 8/202	1/7/22	R\$ 4.076,15	R\$ 4.076,15			
2	Seguro de veículo – Seguro de veículo para toyota hilux cd d4, d 4x4, 2,5 16 v 102cv tb– diesel, ano/mod. 2011/2012, placa net 5101, chassi 8ajfr22g7c455318;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 925509)	NºPregão:112023	24/2/23	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.166,67	R\$ 3.166,67	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158148)	NºPregão:812022	26/12/22	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 254422)	Dispensa de Licitação Nº 29/2022	1/11/22	R\$ 2.900,00	R\$ 2.900,00			
3	Seguro de veículo – Seguro de veículo para toyota hilux cd d4, d 4x4, 2,5 16 v 102cv tb– diesel, ano/mod. 2011/2011, placa nez 6532, chassi 8ajfr22qxb4553125;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 925509)	NºPregão:112023	24/2/23	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.863,33	R\$ 2.863,33	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 980005)	NºPregão:162023	13/2/23	R\$ 1.990,00	R\$ 1.990,00			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158148)	NºPregão:812022	26/12/22	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00			
4	Seguro de veículo – Seguro de veículo para toyota hilux cd d4, d 4x4, 2,5 16 v 102cv tb– diesel, ano/mod. 2011/2011, placa nez 6692, chassi g3xlknb8tgcfa5816;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 925509)	NºPregão:112023	24/2/23	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.863,33	R\$ 2.863,33	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 980005)	NºPregão:162023	13/2/23	R\$ 1.990,00	R\$ 1.990,00			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158148)	NºPregão:812022	26/12/22	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00			
5	Seguro de veículo – Seguro de veículo para toyota hilux cd d4, d 4x4, 2,5 16 v 102cv tb– diesel, ano/mod. 2011/2011, placa nez 6712, chassi 8ajfr22q9b4553102;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 925509)	NºPregão:112023	24/2/23	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.863,33	R\$ 2.863,33	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 980005)	NºPregão:162023	13/2/23	R\$ 1.990,00	R\$ 1.990,00			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158148)	NºPregão:812022	26/12/22	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00			
6	Seguro de veículo – Seguro de veículo para toyota hilux cd d4, d 4x4, 2,5 16 v 102cv tb– diesel, ano/mod. 2013/2011, placa nez 6672, chassi 8ajfr22qob4553053;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 925509)	NºPregão:112023	24/2/23	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.758,33	R\$ 2.758,33	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158148)	NºPregão:812022	26/12/22	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158124)	NºPregão:672022	15/12/22	R\$ 1.675,00	R\$ 1.675,00			
7	Seguro de veículo – Seguro de veículo para toyota hilux cd d4, d 4x4, 2,5 16 v 102cv tb– diesel, ano/mod. 2013/2011, placa nez 6682, chassi 8ajfr22qxb4553075;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 925509)	NºPregão:112023	24/2/23	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.863,33	R\$ 2.863,33	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 980005)	NºPregão:162023	13/2/23	R\$ 1.990,00	R\$ 1.990,00			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158148)	NºPregão:812022	26/12/22	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00			
8	Seguro de veículo – Seguro de veículo para mitsubishi l-200 triton gl 3,2 diesel, ano/mod.: 6/17, placa qlo 2108, chassi g3xlknb8tgcq22685;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926040)	NºPregão:172023	4/5/23	R\$ 2.214,98	R\$ 2.214,98	R\$ 2.588,86	R\$ 2.588,86	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926040)	NºPregão:172023	4/5/23	R\$ 2.655,03	R\$ 2.655,03			
				3	BANCO DE PREÇOS (41500-3- 2023-PRE)	41500-3- 2023-PRE	6/2/23	R\$ 2.896,56	R\$ 2.896,56			
9	200 triton gl 3,2 diesel, ano/mod. o8/09, placa nem 1562, chassi g3xpkn7409c851979;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926040)	NºPregão:172023	4/5/23	R\$ 2.214,98	R\$ 2.214,98	R\$ 1.475,90	R\$ 1.475,90	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 789330)	Dispensa de Licitação Nº 1/2023	1/3/23	R\$ 1.062,72	R\$ 1.062,72			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 986835)	NºPregão:1362022	13/10/22	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00			
10	Seguro de veículo – Seguro de veículo para mitsubishi l-200 triton gl 3,2 diesel, ano/mod. 2015/2016, placa qln 9763, chassi g3xlknb8tgcfa5912;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926040)	NºPregão:172023	4/5/23	R\$ 1.949,24	R\$ 1.949,24	R\$ 2.018,91	R\$ 2.018,91	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926040)	NºPregão:172023	4/5/23	R\$ 2.214,98	R\$ 2.214,98			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926040)	NºPregão:172023	4/5/23	R\$ 1.892,51	R\$ 1.892,51			
11	Seguro de veículo – Seguro de veículo para nissan versa 1.6 sv 16 v flex/start 4p mec. álcool/ gasolina, ano/mod. 2015/2016, placa qlt 3633, chassi g4dcbcan17gb110691;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 791100)	Dispensa de Licitação Nº 12/202	1/2/23	R\$ 1.063,90	R\$ 1.063,90	R\$ 1.186,76	R\$ 1.186,76	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 00006223)	6223	11/4/23	R\$ 1.289,22	R\$ 1.289,22			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 392023)	392023	1/2/23	R\$ 1.207,15	R\$ 1.207,15			
12	Seguro de veículo – Seguro de veículo para nissan versa 1.6 sv 16 v flex/start 4p mec. álcool/ gasolina, ano/mod. 2015/2016, placa qlt 3633, chassi g4dcbcan17gb110449;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 389335)	NºPregão:182022	12/12/22	R\$ 1.063,90	R\$ 1.063,90	R\$ 1.186,76	R\$ 1.186,76	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 00006223)	6223	11/4/23	R\$ 1.289,22	R\$ 1.289,22			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 392023)	392023	1/2/23	R\$ 1.207,15	R\$ 1.207,15			
13	Seguro de veículo – Seguro de veículo para nissan versa 1.6 sv 16 v flex/start 4p mec. álcool/ gasolina, ano/mod. 2015/2016, placa qlt 3633, chassi g4dcbcan17gb110667;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 791100)	Dispensa de Licitação Nº 12/20	1/2/23	R\$ 1.063,90	R\$ 1.063,90	R\$ 1.186,76	R\$ 1.186,76	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG:00006223)	6223	11/4/23	R\$ 1.289,22	R\$ 1.289,22			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 392023)	392023	1/2/23	R\$ 1.207,15	R\$ 1.207,15			
14	Seguro de veículo – Seguro de veículo para micro-ônibus marcopolo w9, ano/mod, 11/11, placa neo 0248, chassi g3pb40e3pbc036683;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 987649)	NºPregão:512023	11/5/23	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.986,65	R\$ 2.986,65	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 986563)	NºPregão:1942022	29/11/22	R\$ 2.089,00	R\$ 2.089,00			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 230682)	230682	31/3/23	R\$ 4.070,95	R\$ 4.070,95			
15	Seguro de veículo – Seguro de veículo para ônibus rodoviário Maxibus / lince 3,65, 41 passageiros, carroceria nº serie 3998, cor branco, ano/fab. 2011/2012, ar condicionado, montado sobre chassi Volvo b 12r de nº chassi gbwrvj622ce381772, ano/modelo 2011/2012, combustível diesel, motor d12784667d1e, Renavam 415537, placa NET 3421;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 980005)	NºPregão:362023	24/3/23	R\$ 4.627,42	R\$ 4.627,42	R\$ 4.497,64	R\$ 4.497,64	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 230682)	230682	31/3/23	R\$ 4.497,70	R\$ 4.497,70			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 230682)	230682	31/3/23	R\$ 4.367,79	R\$ 4.367,79			
16	Seguro de Veículo - Seguro de veículo para ônibus Mercedes-Benz/Caio Lo g16.Ore - diesel, ano/mod. 2018/2019, placa ql7797, chassi gbm9g79277kb117907;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926040)	NºPregão:172023	4/5/23	R\$ 4.099,32	R\$ 4.099,32	R\$ 2.993,90	R\$ 2.993,90	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 58082)	58082	2/3/23	R\$ 2.025,30	R\$ 2.025,30			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 15876_1002022)	15876_1002022	6/1/23	R\$ 2.857,07	R\$ 2.857,07			
17	Seguro de Veículo - Seguro de veículo para ônibus Mercedes-Benz/Caio Lo g16.Ore - diesel, ano/mod. 2018/2019, placa qlg8800, chassi gbm9g79277kb117904;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926040)	NºPregão:172023	4/5/23	R\$ 4.099,32	R\$ 4.099,32	R\$ 3.077,13	R\$ 3.077,13	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158717)	NºPregão:102022	19/8/22	R\$ 2.275,00	R\$ 2.275,00			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 15876_1002022)	15876_1002022	6/1/23	R\$ 2.857,07	R\$ 2.857,07			
18	Seguro de Veículo - Seguro de veículo para ônibus Mercedes-Benz/Caio Lo g16.Ore - diesel, ano/mod. 2018/2019, placa qlg8801, chassi gbm9g79277kb117893;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926040)	NºPregão:172023	4/5/23	R\$ 4.099,32	R\$ 4.099,32	R\$ 2.993,90	R\$ 2.993,90	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 58082)	58082	2/3/23	R\$ 2.025,30	R\$ 2.025,30			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 15876_1002022)	15876_1002022	6/1/23	R\$ 2.857,07	R\$ 2.857,07			
19	Seguro de veículo – Seguro de veículo para caminhão atego 1725 com cabine, placa JKK 9398, marca Mercedes-Benz, 6 cilindros, movido a óleo diesel, cor amarelo, renavam-54208316, motor 906.985 U 0957457, lotação ou tonelagemPBT-16000-CTM, 033000, Ano modelo 2011, ano de fabricação 2011, 245 CV de potência, chassi g9BM958074BB815681;	Serviço	1	1	BANCO DE PREÇOS (UASG: 158127)	NºPregão:112023	6/4/23	R\$ 3.222,50	R\$ 3.222,50	R\$ 3.106,09	R\$ 3.106,09	
				2	BANCO DE PREÇOS (UASG: 782340)	Dispensa de Licitação Nº 32/2022	1/11/22	R\$ 3.227,54	R\$ 3.227,54			
				3	BANCO DE PREÇOS (UASG: 926478)	NºPregão:1722022	18/10/22	R\$ 2.868,24	R\$ 2.868,24			
TOTAL										R\$ 50.236,30		

TOTAL	R\$ 50.236,30
-------	---------------

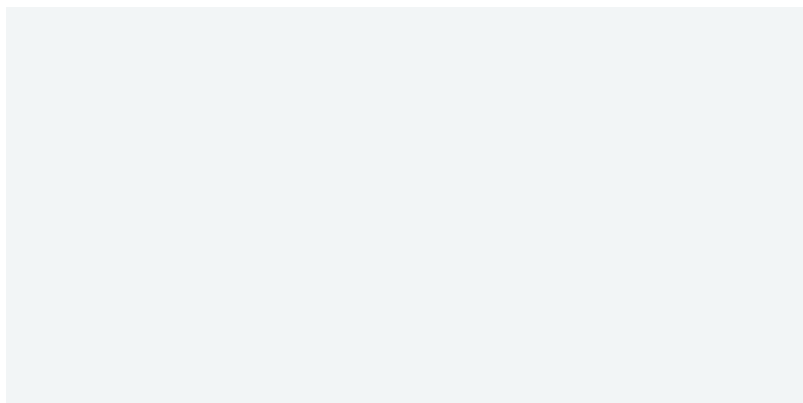
Anexo II - MapaEstrategico_22764_2023-06-23_12-52-34.pdf



Relatório do Mapa Estratégico de Fornecedores: PAGAMENTO COBERTURAS SEGURO VEÍCULO

Relatório gerado no dia 23/06/2023 12:52:34 (IP: 2804:8d4:28e:6520:bca6:3f9d:cc62:150f)

Resumo



Fornecedores Encontrados: 22

Fornecedores Vencedores: 22

Fornecedores Micro Empresas: 4



Participantes

Abaixo, encontram-se listados os fornecedores públicos participantes que apresentaram preços para o produto 22764 PAGAMENTO COBERTURAS SEGURO VEÍCULO em licitações de outros órgãos da Administração Pública em todos os estados, sem marca definida, sem modelo definido, de todos os órgãos públicos, de todas as atividades econômicas, podendo ser SRP ou não, de qualquer quantidade no período de 23/06/2022 até 23/06/2023

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CONTATO	TELEFONE	E-MAIL	ENDEREÇO
04.224.028/0001-63 * VENCEDOR *	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO		(92) 3642-2870/ (92) 3642-3355	contador @detran.am.gov.br	AV MARIO YPIRANGA, 2884 MANAUS/AM
18.133.018/0001-27 * VENCEDOR *	CAPACITY TREINAMENTO E APERFEICOAMENTO LTDA		(61) 3389-1214/ (61) 3389-8422	jrcont @brturbo.com.br	R EUGENIO JARDIM QUARA 26 LOTE 13 APARTAMENTO, 201 BRASILIA/DF
03.935.826/0001-30 * VENCEDOR *	PEDRAGON AUTOS LTDA	Esther Sandrelly Albuquerque Crespim	(81) 3301-8761	frotista @pedragon.com.br	AV RUY BARBOSA, 965 RECIFE/PE
07.571.746/0001-02 * VENCEDOR *	MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA		(27) 2121-5501	gestao.societaria @autoglass.com.br	R SAO LUIZ GONZAGA, 909 RIO DE JANEIRO/RJ
27.342.897/0001-98 * VENCEDOR *	JORGE DONIZETI ESTEVES		(17) 3308-8184	ra.bec @hotmail.com	R MARIA LUCIA DOS REIS, 900 SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
60.215.282/0001-76 * VENCEDOR *	SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA OPERACIONAL		(021) 2263-0499		R MAYRINK VEIGA, 32 RIO DE JANEIRO/RJ
17.839.055/0001-92 * VENCEDOR *	ESTRUTTOS LTDA		(11) 3999-9999/ (11) 3666-6666	sememail @gmail.com	R DIONISIO PEDRELLINI, 119 SAO PAULO/SP
22.900.328/0001-05 * VENCEDOR *	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO				AVENIDA BRIG EDUARDO GOMES, 1008 BOA VISTA/RR
07.571.746/0029-03 * VENCEDOR *	MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA		(27) 2121-5501	gestao.societaria @autoglass.com.br	AV PRESIDENTE BANDEIRA, 1275 NATAL/RN
07.571.746/0009-51 * VENCEDOR *	MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA		(27) 2121-5501	gestao.societaria @autoglass.com.br	R MESSIAS GONCALVES CORREA, 120 VILA VELHA/ES
09.248.608/0001-04 * VENCEDOR *	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA		(21) 3861-4600	presidencia @seguradoralider.com.br	R DA ASSEMBLEIA, 100 RIO DE JANEIRO/RJ
00.475.855/0001-79 * VENCEDOR *	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL		(61) 3344-2745/ (61) 3905-2172	isaelfaria @yahoo.com.br	ST SETOR DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL - SAM, S/N BRASILIA/DF
21.947.619/0001-88 * VENCEDOR *	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4 REGIAO		(31) 3218-7400	crefito4 @crefito4.org.br	R DA BAHIA, 1148 BELO HORIZONTE/MG
90.180.605/0001-02 * VENCEDOR *	GENTE SEGURADORA SA	Vincius	(51) 3023-8888	licitacao @genteseguradora.com.br	R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450 PORTO ALEGRE/RS
61.573.796/0001-66 * VENCEDOR *	ALLIANZ SEGUROS S/A		(11) 3171-6883	josiane.pereira @allianz.com.br	R EUGENIO DE MEDEIROS, 303 SAO PAULO/SP
61.198.164/0001-60 * VENCEDOR *	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Setor (Licitação)	(11) 3366-3258	coleta.licitacoes @portoseguro.com.br	AV RIO BRANCO, 1489 SAO PAULO/SP
61.074.175/0001-38 * VENCEDOR *	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.		(11) 3258-8123	tributos @mapfre.com.br	AV DAS NACOES UNIDAS, 14261 SAO PAULO/SP
33.065.699/0001-27 * VENCEDOR *	SEGUROS SURA S.A.		(11) 3556-7000	rafael.araujo @br.rsagroup.com	AV DAS NACOES UNIDAS, 12995 SAO PAULO/SP
83.566.299/0001-73 * VENCEDOR *	FUNDACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECONOMICAS		(48) 3953-1002	fepese @fepese.org.br	CAMPUS UNIVERSITARIO, SN FLORIANOPOLIS/SC
34.006.386/0001-60 * VENCEDOR *	GM LANTERNAGEM E PINTURA LTDA		(37) 9856-5003	gmlanternagem @hotmail.com	AV PARANA, 1941 DIVINOPOLIS/MG
28.470.130/0001-07 * VENCEDOR *	LIGALIMA COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA		(35) 3529-4400 / (35) 3529-4400	cintia @nrmotors.com.br	RODOVIA MG-050, 555 PASSOS/MG



CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CONTATO	TELEFONE	E-MAIL	ENDEREÇO
00.422.333/0001-09 * VENCEDOR *	CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA		(61) 3448-9860/ (61) 3448-9800	eda @iesb.br	ST SETOR DE GRANDES AREAS NORTE QUADRA 609 CONJUNTO D, 609 BRASILIA/DF



Vencedores

Abaixo, encontram-se listados os fornecedores públicos vencedores que apresentaram preços para o produto **22764 PAGAMENTO COBERTURAS SEGURO VEÍCULO** em licitações de outros órgãos da Administração Pública em todos os estados, sem marca definida, sem modelo definido, de todos os órgãos públicos, de todas as atividades econômicas, podendo ser SRP ou não, de qualquer quantidade no período de 23/06/2022 até 23/06/2023

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CONTATO	TELEFONE	E-MAIL	ENDEREÇO
04.224.028/0001-63 * VENCEDOR *	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO		(92) 3642-2870/ (92) 3642-3355	contador @detran.am.gov.br	AV MARIO YPIRANGA, 2884 MANAUS/AM
18.133.018/0001-27 * VENCEDOR *	CAPACITY TREINAMENTO E APERFEICOAMENTO LTDA		(61) 3389-1214/ (61) 3389-8422	jrcont @brturbo.com.br	R EUGENIO JARDIM QUARA 26 LOTE 13 APARTAMENTO, 201 BRASILIA/DF
03.935.826/0001-30 * VENCEDOR *	PEDRAGON AUTOS LTDA	Esther Sandrelly Albuquerque Crespim	(81) 3301-8761	frotista @pedragon.com.br	AV RUY BARBOSA, 965 RECIFE/PE
07.571.746/0001-02 * VENCEDOR *	MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA		(27) 2121-5501	gestao.societaria @autoglass.com.br	R SAO LUIZ GONZAGA, 909 RIO DE JANEIRO/RJ
27.342.897/0001-98 * VENCEDOR *	JORGE DONIZETI ESTEVES		(17) 3308-8184	ra.bec @hotmail.com	R MARIA LUCIA DOS REIS, 900 SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
60.215.282/0001-76 * VENCEDOR *	SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA OPERACIONAL		(021) 2263-0499		R MAYRINK VEIGA, 32 RIO DE JANEIRO/RJ
17.839.055/0001-92 * VENCEDOR *	ESTRUTTOS LTDA		(11) 3999-9999/ (11) 3666-6666	sememail @gmail.com	R DIONISIO PEDRELLINI, 119 SAO PAULO/SP
22.900.328/0001-05 * VENCEDOR *	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO				AVENIDA BRIG EDUARDO GOMES, 1008 BOA VISTA/RR
07.571.746/0029-03 * VENCEDOR *	MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA		(27) 2121-5501	gestao.societaria @autoglass.com.br	AV PRESIDENTE BANDEIRA, 1275 NATAL/RN
07.571.746/0009-51 * VENCEDOR *	MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA		(27) 2121-5501	gestao.societaria @autoglass.com.br	R MESSIAS GONCALVES CORREA, 120 VILA VELHA/ES
09.248.608/0001-04 * VENCEDOR *	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA		(21) 3861-4600	presidencia @seguradoralider.com.br	R DA ASSEMBLEIA, 100 RIO DE JANEIRO/RJ
00.475.855/0001-79 * VENCEDOR *	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL		(61) 3344-2745/ (61) 3905-2172	isaelfaria @yahoo.com.br	ST SETOR DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL - SAM, S/N BRASILIA/DF
21.947.619/0001-88 * VENCEDOR *	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4 REGIAO		(31) 3218-7400	crefito4 @crefito4.org.br	R DA BAHIA, 1148 BELO HORIZONTE/MG
90.180.605/0001-02 * VENCEDOR *	GENTE SEGURADORA SA	Vincius	(51) 3023-8888	licitacao @genteseguradora.com.br	R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450 PORTO ALEGRE/RS
61.573.796/0001-66 * VENCEDOR *	ALLIANZ SEGUROS S/A		(11) 3171-6883	josiane.pereira @allianz.com.br	R EUGENIO DE MEDEIROS, 303 SAO PAULO/SP
61.198.164/0001-60 * VENCEDOR *	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Setor (Licitação)	(11) 3366-3258	coleta.licitacoes @portoseguro.com.br	AV RIO BRANCO, 1489 SAO PAULO/SP
61.074.175/0001-38 * VENCEDOR *	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.		(11) 3258-8123	tributos @mapfre.com.br	AV DAS NACOES UNIDAS, 14261 SAO PAULO/SP
33.065.699/0001-27 * VENCEDOR *	SEGUROS SURA S.A.		(11) 3556-7000	rafael.araujo @br.rsagroup.com	AV DAS NACOES UNIDAS, 12995 SAO PAULO/SP
83.566.299/0001-73 * VENCEDOR *	FUNDACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECONOMICAS		(48) 3953-1002	fepese @fepese.org.br	CAMPUS UNIVERSITARIO, SN FLORIANOPOLIS/SC
34.006.386/0001-60 * VENCEDOR *	GM LANTERNAGEM E PINTURA LTDA		(37) 9856-5003	gmlanternagem @hotmail.com	AV PARANA, 1941 DIVINOPOLIS/MG
28.470.130/0001-07 * VENCEDOR *	LIGALIMA COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA		(35) 3529-4400 / (35) 3529-4400	cintia @nrmotors.com.br	RODOVIA MG-050, 555 PASSOS/MG



CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CONTATO	TELEFONE	E-MAIL	ENDEREÇO
00.422.333/0001-09 * VENCEDOR *	CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA		(61) 3448-9860/ (61) 3448-9800	eda @iesb.br	ST SETOR DE GRANDES AREAS NORTE QUADRA 609 CONJUNTO D, 609 BRASILIA/DF



Micro Empresas

Abaixo, encontram-se listados os fornecedores públicos microempresários que apresentaram preços para o produto 22764 PAGAMENTO COBERTURAS SEGURO VEÍCULO em licitações de outros órgãos da Administração Pública em todos os estados, sem marca definida, sem modelo definido, de todos os órgãos públicos, de todas as atividades econômicas, podendo ser SRP ou não, de qualquer quantidade no período de 23/06/2022 até 23/06/2023

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CONTATO	TELEFONE	E-MAIL	ENDEREÇO
18.133.018/0001-27 * VENCEDOR *	CAPACITY TREINAMENTO E APERFEICOAMENTO LTDA		(61) 3389-1214/ (61) 3389-8422	jrcont @brturbo.com.br	R EUGENIO JARDIM QUARA 26 LOTE 13 APARTAMENTO, 201 BRASILIA/DF
27.342.897/0001-98 * VENCEDOR *	JORGE DONIZETI ESTEVES		(17) 3308-8184	ra.bec @hotmail.com	R MARIA LUCIA DOS REIS, 900 SAO JOSE DO RIO PRETO/SP
17.839.055/0001-92 * VENCEDOR *	ESTRUTTOS LTDA		(11) 3999-9999/ (11) 3666-6666	sememail @gmail.com	R DIONISIO PEDRELLINI, 119 SAO PAULO/SP
34.006.386/0001-60 * VENCEDOR *	GM LANTERNAGEM E PINTURA LTDA		(37) 9856-5003	gmlanternagem @hotmail.com	AV PARANA, 1941 DIVINOPOLIS/MG



Anexo III - ESTUDO SOLICITA.pdf

Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Reitoria.

Solicitante: Yuri Jorge Quintela Coimbra.

Solicitação: Resposta Objetiva.

Ementa: Contrato de seguro de veículos. Prorrogação. Condições a serem observadas. Entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), da Advocacia Geral da União (AGU) e desta Equipe Técnica.

I Solicitação

Contrato de seguro total de veículos pode ser considerado continuado para fins de prorrogação?

II Resposta

No que diz respeito à prorrogação do prazo de vigência dos contratos regidos pela Lei 8.666/93, para além dos respectivos créditos orçamentários, temos que esta apenas será possível nas hipóteses taxativamente previstas pelos incisos do art. 57 da Lei 8.666/93.

Considerando isso, bem como, não sendo os contratos de seguro contemplados no Plano Plurianual (PPA) (inc. I), não sendo destinados ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática (inc. IV) e, ainda, não sendo relacionado às situações de dispensa de licitação previstas nos incs. IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24 da citada Lei (inc. V), a referida possibilidade de prorrogação apenas seria possível se tais contratos fossem categorizados como serviços continuados (inc. II).

Contudo, não podemos nos olvidar ao fato de que, determinados contratos, apesar de celebrados por Órgãos/Entidades integrantes da Administração Pública, não são considerados contratos administrativos propriamente dito; não se sujeitando, portanto, de modo integral aos ditames da Lei 8.666/93. É o que se passa, aliás, exatamente com os contratos de seguro, por força das disposições do §3º do art. 62 da Lei 8.666/93. Sendo que, de acordo com tais disposições normativas, é possível concluir que:

a) aplicar-se-á aos contratos de seguro, **apenas no que couber**, o disposto no art. 55, 58 a 61 e demais normas gerais contidas na Lei 8.666/93;

b) o §3º do art. 62 da Lei 8.666/93 não afasta a aplicação de todas as regras encartadas na referida lei. Antes, ele “apenas determina que as normas da Lei 8.666/93 devem ser aplicadas se forem cabíveis, isto é, se forem pertinentes e na medida do que forem pertinentes à natureza, às peculiaridades e às regulamentações a que estão sujeitas certas espécies de contratos administrativos”.¹

No que diz respeito especificamente à aplicação do art. 57 da Lei 8.666/93 aos contratos de seguro, considerando o disposto no já citado §3º do art. 62 da Lei 8.666/93, no entendimento desta Equipe Técnica, não se aplica o disposto no art. 57 da Lei 8.666/93, de modo que a sua renovação estaria condicionada, tão somente, à previsão na legislação de regência, à comprovação da vantajosidade da manutenção da contratação e, ainda, à presença de razões de interesse público que a justifiquem.

Não obstante isso, Joel de Menezes NIEBUHR e Pedro de Menezes NIEBUHR se manifestam no sentido de que os contratos de seguro seriam considerados serviços continuados e, porquanto, sujeitos ao prazo de que trata o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93. Observe-se:

Pois bem, os contratos que tem [sic] por objeto serviços contínuos, aqueles que se opõem aos de execução instantânea, podem ser prorrogados. Neste, o prestador do serviço cumpre sua obrigação de modo definitivo,

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação Pública e Contrato Administrativo**. 4. ed. Fórum: Belo Horizonte, 2015. p. 797.



mediante um ato determinado. Já aquele (contínua) pressupõe que o contratado realize conduta que se renova, estendendo a sua prestação ao longo de um período continuado. Ademais, para que serviço seja considerado contínuo, é necessário que ele seja prestado sem interrupção, sem solução de continuidade, como acontece com a contratação de seguro.

Os contratos de serviços contínuos podem ser prorrogados por até 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e, ainda, por outros 12 (doze) meses, excepcionalmente, conforme prevê o §4º do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93.

Em princípio, tratando o contrato de serviço contínuo, ele pode ser prorrogado, haja vista a prescrição contida no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. A única formalidade exigida, desta feita com base no §2º do mesmo artigo, é que a prorrogação seja justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente² (sublinhados no original).

Igualmente no sentido de que os contratos de seguro se categorizam como serviços continuados, considerando as especificidades que permeiam o caso concreto, vede os seguintes excertos do Acórdão 600/15 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU):

3.9 Considerando que o seguro de vida constitui obrigação trabalhista da CPRM decorrente dos Acordos Coletivos de Trabalho, que por sua vez possuem força normativa, nos termos do art. 611 da CLT (Decreto-Lei 5.452/1943), possui razoabilidade o entendimento de que a presente contratação era de natureza continuada, uma vez que sua eventual descontinuidade geraria reflexos negativos entre o conjunto de empregados da CPRM, além de sujeitar a Companhia à responsabilidade de arcar com o pagamento do capital segurado de eventuais sinistros ocorridos com sua força de trabalho, na ausência da cobertura da empresa seguradora.

3.10 Enquadrada a contratação de seguro de vida como prestação de serviços de forma continuada, de acordo com art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, estaria configurada, em princípio, a possibilidade de renovação da contratação decorrente da Concorrência de 2003 por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses...

3.11 Releva notar que o TCU tem-se manifestado no sentido de que a possibilidade de prorrogação de vigência dos contratos de duração continuada prevista no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 depende da caracterização, nos autos do processo administrativo, de que esta opção garante a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, como se observa no trecho do Relatório e Acórdão abaixo transcritos, bem como na jurisprudência referenciada:

‘Relatório - Acórdão 3351/2011-TCU-2ª Câmara

18.4. Observa-se, portanto, que a prorrogação de vigência de contratos de prestação de serviços de natureza continuada somente se legitima a partir do momento em que é demonstrada que essa opção é a mais vantajosa à Administração, em comparação às demais existentes no mercado, o que demanda do gestor, anteriormente à prorrogação, que comprove no respectivo processo administrativo a vantagem de preços ou de condições favoráveis que seriam obtidas com a prorrogação, por meio de pesquisa de preços realizada no mercado ou mediante justificativas técnicas quanto às condições do serviço prestado³ (sem grifos no original).

Assim sendo, uma análise terminativa quanto à natureza contínua dos contratos de seguro, dependeria das especificidades de cada contratação.

Por oportuno vede, ainda, a seguinte manifestação da Advocacia Geral da União (AGU), externada por meio do Parecer 06/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, ressaltando-se que para a AGU, a duração de tais contratos não estaria adstrita ao prazo de que trata o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93. Observe-se:

Ementa:

(...)

V. O contrato de seguro é um contrato privado, mesmo quando firmado com a Administração Pública, e serão aplicadas normas de direito privado correlatas, mas que **deve observar, quando possível, as regras dos artigos 55 e 58 a 61 da Lei 8.666, de 1993, conforme expressamente dispõe o inc. I do §3º, do art. 62, da mencionada lei.**

VI. Mesmo sendo um contrato privado, não são afastadas as regras legais a respeito da necessidade de licitação e renovação contratual para efetivar a contratação do seguro veicular.

² Disponível em: https://antigo.fecam.org.br/consultoria/pareceres.php?cod_parecer=308. Acesso em: 23/06/23.

³ TCU. Acórdão 600/15 – Plenário.



VII. Por se tratar de uma nova contratação, a autorização legal de renovação atua como verdadeira causa legal de contratação direta sem licitação de contratos de execução de serviços continuados, caso esta seja a forma mais vantajosa para a administração.

VIII. Como não há uma causa expressa de dispensa de licitação para os contratos de seguro – diferente do caso de locação pela Administração (art. 24, X, Lei 8666) –, **o inc. II do art. 57 da LLC funciona como autorização legal de nova contratação direta sem licitação com o atual contratado, devendo ser aplicados os temperamentos próprios aos contratos de direito privado.**

IX. **O contrato de seguro veicular preenche os requisitos para configurá-lo como serviço continuado (i) necessidade permanente e contínua da Administração a ser satisfeita com a prestação do serviço; (ii) execução de forma contínua; (iii) de longa duração; e (iv) possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço.**

X. **Por ser um contrato de direito privado, não se aplica ao contrato de seguro de veículo contratado pela Administração o prazo de renovações do inc. II do art. 57, da Lei de Licitações.**

(...)

57. A leitura apressada do inc. I do §3º, do art. 62 da LLC pode levar à impressão de que no contrato de seguro não incidiria o inc. II do art. 57 da mencionada lei, na medida em que expressamente o art. 57 é excluído do rol de dispositivos aplicáveis aos contratos privados.

58. Contudo, o que a Lei de Licitações determinou foi que o regime jurídico dos contratos privados seria predominantemente regido pela legislação privada, aplicando-se apenas subsidiariamente as normas dos contratos administrativos. Tratou, assim, do conteúdo dos contratos de direito privado, em particular para excluir a incidência das chamadas cláusulas exorbitantes, que colocam a Administração em posição de superioridade em relação ao particular.

58. Contudo, o que a Lei de Licitações determinou foi que o regime jurídico dos contratos privados seria predominantemente regido pela legislação privada, aplicando-se apenas subsidiariamente as normas dos contratos administrativos. Tratou, assim, do conteúdo dos contratos de direito privado, em particular para excluir a incidência das chamadas cláusulas exorbitantes, que colocam a Administração em posição de superioridade em relação ao particular.

59. Outra importante consequência do art. 62, §3º, I, da LLC diz respeito à fixação dos prazos de vigência dos contratos de direito privado, que não ficam adstritos às limitações do art. 57, em especial a adstrição à vigência dos créditos orçamentários.

60. Situação diversa é a efetivação de nova contratação do contrato de direito privado - no caso, a renovação-, que deve ser sempre precedida de processo licitatório ou de procedimento de contratação direta, conforme autorizado na Lei de Licitações.

(...)

65. Com essas considerações, é necessário aferir se o contrato de seguro pode ser enquadrado como um serviço contínuo, para fins de aplicação do inc. II do art. 57 da LLC.

66. Impende lembrar a decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, na qual se concluiu que o enquadramento dos serviços como sendo de natureza contínua passa pelo crivo da Administração:

A doutrina qualifica como serviço continuado todo aquele destinado a atender necessidades públicas permanentes e cuja paralisação acarrete prejuízos ao andamento das atividades do órgão. A relação constante do §1º do art. 1º do Decreto nº 2.271/97 não é exaustiva cabendo ao administrador, diante do caso concreto, enquadrar o serviço como continuado ou não.

67. Uma vez reconhecida pela Administração a necessidade permanente da contratação do seguro veicular, é possível o enquadramento do serviço como continuado.

(...)

85. Para a prorrogação/renovação do contrato de seguro a Administração terá que aferir a vantajosidade da manutenção da contratação, que se fará com a devida pesquisa de mercado, já que o art. 57, II, da LLC, deixa clara a possibilidade de renovar com objetivo de obter preços e condições mais vantajosas para a Administração, condição que permeia toda a Lei de Licitações, constituindo-se um dos objetivos precípuos da licitação, explicitados no art. 3º da mesma Lei, ao lado da isonomia.

86. **Tal tese foi recentemente encampada pelo Tribunal de Contas da União, ao prolatar o acórdão 600/2015-Plenário, que bem definiu que o contrato de seguro é um contrato de serviço continuado, devendo ser observado o inc. II do art. 57 da LLC, com a ressalva de que não se aplica o prazo de sessenta dias do referido inciso, por se tratar de contrato de direito privado firmado com a Administração** (sem grifos e sem sublinhados no original).

Em face de todo o exposto, respondendo objetivamente ao questionamento formulado, considerando o posicionamento do TCU sobre a matéria, ao qual se submete a entidade Solicitante, os contratos de seguro podem ser considerados serviços continuados (apesar desta Equipe Técnica adotar



posicionamento diverso) – a depender, reprise-se, das especificidades de cada contratação –, de modo que a sua prorrogação deverá ser procedida “com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração”, a que alude o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93, comparativamente às demais opções existentes no mercado.

Contudo, de acordo com a ótica da referida Corte de Contas, bem como, da AGU, o prazo total de duração dos referidos contratos não se limita a 60 (sessenta) meses. Sendo oportuno ressaltar, ainda, a impossibilidade de celebração de contratos com prazo indeterminado, em observância ao disposto no §3º do art. 57 da Lei 8.666/93.

Salvo melhor juízo, considerados os elementos fáticos fornecidos pelo Solicitante, esse é o entendimento do Corpo Técnico Sollicita sobre o tema apresentado para este estudo.

Curitiba, 23 de junho de 2023.

Rogério Corrêa
Consultor técnico

Revisão: Juliana Miky Uehara – Consultora técnica



Anexo IV - CONTRATO CNJ.pdf

Contrato n°05/2023



Contratação de seguro total para a frota de veículos oficiais do Conselho Nacional de Justiça.

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares.....	1
Mapa comparativo de preços	19
Autorização de dispensa de licitação	20
Retificação de aviso de dispensa de licitação	22
Parecer jurídica	23
Nota de empenho	32
Contrato.....	34
Portaria de gestores.....	42

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O presente estudo tem como objetivo subsidiar a tomada de decisão por parte da autoridade competente sobre a contratação de seguro veicular para a frota do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em conformidade com o disposto no artigo 6º, inciso XX da Lei nº 14.133/21 para atender às necessidades do órgão nos termos a seguir expostos.

A contratação de seguro de veículo pela Administração Pública visa resguardar o patrimônio público, que, numa perspectiva subjetiva, é formado pelos bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.

No âmbito interno deste CNJ, dispõe o artigo 3º da Instrução Normativa nº 29 de 20 de novembro de 2014, que o Conselho Nacional de Justiça providenciará a aquisição, a locação, a alienação, o seguro, o abastecimento e a manutenção dos veículos de sua frota.

A Contratação de seguro visa garantir a proteção do interesse do CNJ em relação aos veículos contra os resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem, além de zelar pelo patrimônio público, conforme preconizado pelo princípio constitucional da eficiência.

O CNJ possui 41 veículos que devem estar assegurados, estes estão divididos em 3 contratos (contrato nº13/2018, contrato nº 8/2020 e contrato nº 9/2020), sendo 2 com datas próximas de encerrar, por ser contrato de mais de 60 meses (contrato nº13/2018) e por desinteresse da contratada em renovar (contrato nº 8/2020). Assim a fim de otimizar o gerenciamento das contratações e por aumentar o quantitativo da frota a ser assegurada podemos falar em economia de escala tornando-se mais vantajoso a unificação da frota desses 2 contratos

Sei	Contrato	Aditivo	Veículos	Situação	Data final
04107/2018	13/2018	6º Aditivo	17	60 meses	27/03/2023
03697/2020	8/2020	3º Aditivo	23	Desinteresse da contratada	14/04/2023
03702/2020	9/2020	2º Aditivo	1	Prorrogado	14/04/2024

Tabela 1 Situação atual dos contratos de seguros do CNJ

Consoante o exposto, entende-se necessária a contratação de seguro total para a frota de veículos do Órgão, a fim de garantir a continuidade dos serviços relacionados ao transporte de servidores, colaboradores ou grupos de pessoas, bem

como documentos internos e cargas de forma a atender às necessidades exclusivas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

O presente estudo encontra previsão no plano anual de contratações para 2023 (SEI 08116/2022), e no planejamento estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria nº 104, de 30/06/2020, estabelece em seu artigo 3º, inciso XI, que um dos objetivos estratégicos do órgão é justamente garantir infraestrutura adequada ao seu funcionamento.

Desta forma, verifica-se que o bom funcionamento de toda a estrutura atual do Conselho Nacional de Justiça, incluídos conselheiros, magistrados, servidores e colaboradores, além de todo seu acervo patrimonial, depende de um serviço de transporte apto a bem atender as demandas institucionais, possibilitando o seu deslocamento terrestre de forma segura e confortável.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As apólices a serem contratadas pelo CNJ deverão contemplar no mínimo coberturas contra sinistros, colisão, furtos, indenização inerente a danos materiais e morais, tanto próprio quanto de terceiro prejudicado, e ainda, cobertura para reparo de retrovisores, faróis, lanternas e vidros. No âmbito interno deste CNJ, dispõe o artigo 3º da Instrução Normativa nº 29 de 20 de novembro de 2014, que o Conselho Nacional de Justiça providenciará a aquisição, a locação, a alienação, o seguro, o abastecimento e a manutenção dos veículos de sua frota.

Em complemento, a contratação do seguro visa garantir a salvaguarda do patrimônio deste CNJ, em caso de resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem por completo. Nesse sentido, a empresa contratada deverá seguir as regras e os critérios conforme a Circular SUSEP Nº 639, de agosto de 2021 e a Circular SUSEP Nº 621, de fevereiro de 2021.

Além disso, a contratação visa garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os bens, materiais e serviços. A contratação visa ressarcir, em curto prazo, os altos custos de reparo de veículos envolvidos em acidentes, roubos, furtos, colisões e outros, assim como o valor de mercado destes veículos nos casos de sinistro que implique perda total.

Para o bom atendimento da legislação atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas, a presente contratação poderá, sem restrição do caráter competitivo da dispensa eletrônica, exigir que as apólices sejam encaminhadas em meio eletrônico, a fim de evitar a impressão de papel.

A contratada deverá observar o Código de Conduta de Fornecedores de bens e serviços e a Resolução CNJ n. 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

O CNJ possui 41 veículos que devem estar assegurados, estes estão divididos em 3(três) contratos. Podemos unificar 2(dois) desses contratos já que 1(um) contrato irá vencer e outro contrato a empresa não apresentou interesse em renovar, assim esta Seção sugere um novo contrato objeto desse estudo técnico e o contrato 9/2020:

Sei	Contrato	Aditivo	Veículos	Valor inicial	Valor atual
04107/2018	13/2018	6° Aditivo	17	R\$7.790,00	R\$4.801,00
03697/2020	8/2020	3° Aditivo	23	R\$8.905,00	R\$9.988,49
03702/2020	9/2020	2° Aditivo	1	R\$1.638,07	R\$908,00

Tabela 2 Valores atuais dos contratos de seguros do CNJ

Apenas o contrato nº9/2020 que permanecerá, pois, a empresa manifestou-se favorável na renovação contratual por mais 12(doze) meses a partir de 14 de abril de 2023. Outro ponto sobre este contrato é que o valor remanescente para o aumento do objeto é de R\$1.139,59 (vide item 11) não sendo suficiente para cobrir o seguro dos 40 veículos.

- Relação dos veículos a serem assegurados:

Item	Descrição	Unidade de medida	Qtde unit.	Qtde. Total
1	Seguro para Fiat Doblo Cargo 1.8 mpi Fire Flex 8V/16V 4p	2009/2009	1	1
2	Seguro para Hyundai HR 2.5 TCI diesel (RS/RD)	2010/2011	1	1
3	Seguro para Fiat Palio Week ATTRACTIVE 1.4 Fire Flex 8V	2013/2013	4	4
4	Seguro para Renault FLUENCE Sed. Dynamique 2.0 16V FLEX Aut.	2012/2013	3	3
5	Seguro para Chevrolet Cruze LT 1.8 16V FlexPower 4p Aut.	2013/2014	6	6
6	Seguro para Chevrolet Cobalt LT 1.4 8V FlexPower/EconoFlex 4p	2013/2014	4	4
7	Seguro para Hyundai Azera 3.0 V6 24V 4p Aut.	2014/2014	2	2
8	Seguro para Citroën C4 Lounge Live 1.6 Turbo Flex Aut	2019/2019	13	13
9	Seguro para Ford Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.	2010/2010	2	2

Item	Descrição	Unidade de medida	Qtde unit.	Qtde. Total
10	Seguro para Chevrolet Omega CD/ FITTIPALDI 3.6 V6 24V 4p	2008/2008	3	3
11	Seguro para Renault Ducato Minibus 2.3 ME Diesel	2010/2010	1	1
TOTAL				40

Tabela 3 Relação dos veículos a serem assegurados

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Indicação e análise das alternativas possíveis disponíveis no mercado, com base preferencialmente no seguinte quadro-modelo:

Foram realizadas pesquisas de mercado a fim de verificar quais as práticas existentes disponíveis, bem como aquelas adotadas atualmente pelos órgãos públicos no que tange ao objeto contratual, de forma a aperfeiçoar a contratação do CNJ em um método que atenda da melhor forma possível a instituição, dentro de padrões orgânicos de razoabilidade e economicidade aceitáveis.

Quanto às opções disponíveis no mercado, os serviços a serem contratados podem ser prestados por diversas empresas, uma vez que os serviços são considerados de natureza comum, haja vista se tratar de serviços cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, além de serem encontráveis amplamente no mercado.

No âmbito da administração pública, verifica-se que o Tribunal Superior do Trabalho, por meio do Pregão eletrônico nº 30/2022-A, licitou o referido o objeto para cobertura de veículos de sua propriedade.

Outro órgão que serve de parâmetro é o Superior Tribunal Federal, Pregão eletrônico nº 80/2018 para contratação de seguradora a fim de resguardar a frota de veículos pertencentes àquele órgão.

Assim como o Superior Tribunal de Justiça, Pregão eletrônico nº 101/2021 e 22/2022, e o Superior Tribunal Militar, Empenho nº 203/2022 para contratação de seguradora a fim de resguardar a frota de veículos pertencentes ao órgão.

Desta forma, verifica-se ser comum a contratação de seguro total para resguardar o patrimônio no âmbito de órgão públicos, além de mais vantajoso para a Administração.

O seguro na modalidade parcial foi desenvolvido pelas seguradoras com o foco na pessoa física para tentar reduzir o valor do seguro total, desta forma, esta modalidade apresenta a cobertura parcial de acordo com o perfil e utilização do veículo.

Em complemento, o seguro na modalidade parcial, apresenta característica marcante na personalização do usuário, não apresenta cobertura total, cada empresa apresenta um tipo de cobertura, não sendo padrão no mercado, além disso, visa uma análise técnica minuciosa de acordo com cada veículo, (estado de conservação, modelo, ano), condutores (idade dos condutores), localização das garagens, análise dos, possíveis, percursos a serem percorridos dentre outras peculiaridades.

E por se tratar de uma exceção à regra, percebe-se que o objeto do contrato pode apresentar um custo maior e uma lentidão para a análise de cada unidade veicular, já que os participantes do processo podem não apresentar interesse neste critério de seguro. Ademais, a pesquisa de campo realizada por esta Seção não encontrou nos órgãos pesquisados a modalidade de seguro parcial.

Nesse sentido, esta Seção sugere para a Administração não optar por esta modalidade de seguro parcial, pois apesar de não haver dado estatístico preciso, e por se tratar de uma modalidade desenvolvida para atender as pessoas físicas, e alinhado na pesquisa com os órgãos mencionados neste Estudo Preliminar é nítida a opção pelo seguro na modalidade total, uma vez que os veículos são utilizados no formato rotativo com o rodízio diário de vários condutores. Portanto, o seguro parcial se torna inviável para o CNJ.

Soluções Identificadas		Especificação do produto/serviço	Quantificação do Produto ou Serviço	Órgão (s) públicos que adotaram a solução	Vantagens e Benefícios	Desvantagens e riscos	Custo(s) envolvido(s)
1ª	<u>Seguro de veículo total</u>	contratação proporcionará diversos serviços básicos e adicionais, tais como assistência 24 horas, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) e acidentes pessoais de passageiros ou ocupantes, os quais podem ser formatados de acordo com as necessidades e disponibilidade do CNJ. ¹	40 (veículos que estão cobertos pelos contratos 13/2018 e 08/2020	Tribunal Superior do Trabalho (Pregão Eletrônico nº30/2022-A), Superior Tribunal Federal (Pregão Eletrônico nº80/2018), Superior Tribunal de Justiça (Pregão Eletrônico nº221/2022) e o	resguardar o patrimônio; pagar indenizações em casos de prejuízos acidentais; assistência 24 horas; Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V); acidentes pessoais de passageiros ou ocupantes; e aplicação de bônus de seguro	Mais oneroso	Anuidade no valor a depender do veículo

¹ <http://www.tudosobreseguros.org.br/portal/pagina.php?l=537>

Soluções Identificadas		Especificação do produto/serviço	Quantificação do Produto ou Serviço	Órgão (s) públicos que adotaram a solução	Vantagens e Benefícios	Desvantagens e riscos	Custo(s) envolvido(s)
				Superior Tribunal Militar (Empreendimento nº203/2022)			
2ª	<u>Seguro Parcial</u>	Cobertura apenas para roubo, furto e incêndios.	40 (veículos que estão cobertos pelos contratos 13/2018 e 08/2020)	Não foram encontradas contratações públicas com o seguro parcial	Menor valor do prêmio	análise técnica minuciosa de acordo com cada veículo, (estado de conservação, modelo, ano), condutores (idade dos condutores), localização das garagens, análises dos, possíveis, percursos a serem percorridos dentre outras peculiaridades	Anuidade no valor a depender do veículo

Tabela 4 Pesquisa de Mercado com órgãos públicos

Ademais, quanto à pesquisa de mercado, o entendimento é que a ampla pesquisa deverá ser realizada na fase de instrução do processo, na Seção de Compras - SECOM, momento e local em que deverá ser realizada a cotação entre o maior número possível de prestadores de serviço, a fim de subsidiar a administração acerca dos preços praticados no mercado. A unidade demandante deverá auxiliá-la, quando solicitada.

5.2. Análise do modelo vigente e histórico da contratação, quando houver.

Sei	Contrato	Aditivo	Veículos	Valor inicial	Valor atual
04107/2018	13/2018	6º Aditivo	17	R\$ 7.790,00	R\$ 4.801,00
03697/2020	8/2020	3º Aditivo	23	R\$ 8.905,00	R\$ 9.988,49
03702/2020	9/2020	2º Aditivo	1	R\$ 1.638,07	R\$ 908,00

Tabela 5 Valores atuais dos contratos de seguros do CNJ

Em março de 2018, foi realizado um pregão eletrônico nº 10 que resultou em 3 contratos, N°13,14 e 15.

O contrato N° 14 (Sei 04203/2018) teve sua vigência expirada. O contrato N° 15 (SEI 04528/2018) com 6 veículos não foi renovado.

Dos contratos vigentes estão na tabela abaixo, conforme segue:

SEI 04107/2018	OBJETO	Nº DE VEÍCULOS	VALOR
Contrato N° 13/2018	O objeto do presente contrato é o seguro total para a frota de veículos do CONTRATANTE, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da CONTRATADA, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.	25	R\$ 7.790,00
1º ADITIVO	Prorrogação do prazo de vigência	25	R\$ 7.634,20

2º ADITIVO	acréscimo de 5 (cinco) veículos oficiais	30	R\$ 9.202,20
3º ADITIVO	a) a supressão de 13 (treze) veículos oficiais, nos termos do Anexo “A” deste aditivo, com efeitos retroativos a partir de 10 de janeiro de 2020; e b) a alteração do Programa de Trabalho, constante da Cláusula Treze do Contrato, para 02.032.0033.21BH.0001 - Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias.	17	R\$ 5.380,20
4º ADITIVO	Prorrogação do prazo de vigência	17	R\$ 5.326,39
5º ADITIVO	Prorrogação do prazo de vigência	17	R\$ 5.054,07
6º ADITIVO	Prorrogação do prazo de vigência	17	R\$ 4.801,00

Tabela 6 Histórico do Contrato N° 13/2018.

SEI 03697/2020	OBJETO	Nº DE VEÍCULOS	VALOR
Contrato N° 08/2020	Constitui objeto do presente contrato a contratação de seguro total para a frota de veículos do CONTRATANTE observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da CONTRATADA, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.	21	R\$ 8.905,00
1º ADITIVO	Prorrogação do prazo de vigência	21	R\$ 8.645,69
2º ADITIVO	Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo dos itens 24, 25, 26 e 27, conforme o Anexo Único e a Proposta de Inclusão n. 1.31.99663.0.3 (1152189).	25	R\$ 10.805,69
3º ADITIVO	a) a prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe; e	23	R\$ 9.988,49

	b) a supressão de 2 (dois) veículos oficiais, nos termos do Anexo "A" deste aditivo, com efeitos retroativos a partir de 15 de outubro de 2021.		
--	---	--	--

Tabela 7 Histórico do Contrato N° 08/2020.

Não foi realizado o estudo referente ao Contrato N° 09/2020, SEI 03702/2020, pois o contratante informou o interesse em renovar o contrato.

Vale destacar que, durante a execução dos contratos atuais, as empresas vencedoras estão realizando a prestação dos serviços de maneira satisfatória, e sem o registro de, até o momento, penalidades, nos termos dos Processos SEI/CNJ n. 04107/2018, 03697/2020, 03702/2020.

5.3. Justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar

A contratação de seguro total apresenta ser a solução mais viável de forma a garantir e resguardar o patrimônio público quanto aos veículos institucionais e o ressarcimento de danos a pessoas.

O seguro total cobre casos de roubo, furto, incêndio, acidentes de trânsito, danos materiais e corporais causados a terceiros, assistência de 24 horas. O seguro parcial cobre apenas furto, roubo e incêndio.

Considerando o exposto, e ainda considerando a natureza do serviço e sua essencialidade e a finalidade de garantir a continuidade dos serviços relacionados ao transportes, pode-se afirmar que o seguro total é a melhor opção para o órgão, haja vista sua ampla cobertura, de forma que as apólices a serem contratadas pelo CNJ deverão contemplar no mínimo coberturas contra sinistros, colisão, furtos, indenização inerente a danos materiais e morais, tanto próprio quanto de terceiro prejudicado, e ainda, cobertura para reparo de retrovisores, faróis, lanternas e vidros. Tais itens deverão constar detalhadamente no Termo de Referência.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Optou-se em realizar a estimativa da demanda utilizando por base a referência das últimas contratações de serviços de seguro realizadas em 2020, bem como a metodologia de cálculo da SUSEP (<https://www.gov.br/susep/pt-br>) para a atual contratação, visto que os preços pesquisados estão atuais, para uma posterior análise mais aprofundada pela Seção de Compras – SECOM, que possui ampla competência e expertise quanto ao tema:

Item	MODELO	MARCA	PLACA	ANO	Prêmio Comercial
1 Aut	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex	Citroën	PBR-2763	2019/2019	R\$ 741,64

Item	MODELO	MARCA	PLACA	ANO	Prêmio Comercial
2	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2764	2019/2019	R\$ 741,64
3	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2765	2019/2019	R\$ 741,64
4	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2766	2019/2019	R\$ 741,64
5	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2767	2019/2019	R\$ 741,64
6	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2768	2019/2019	R\$ 741,64
7	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2769	2019/2019	R\$ 741,64
8	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2770	2019/2019	R\$ 741,64
9	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2771	2019/2019	R\$ 741,64
10	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2772	2019/2019	R\$ 741,64
11	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2773	2019/2019	R\$ 741,64
12	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2774	2019/2019	R\$ 741,64
13	C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Citroën	PBR-2775	2019/2019	R\$ 741,64
14	HR 2.5 TCI Diesel (RS/RD)	Hyundai	JIL-4161	2010/2010	R\$ 744,53
15	COBALT LT 1.4 8V FlexPower/EconoFlex 4p	Chevrolet	JKO-4378	2013/2014	R\$ 395,63
16	COBALT LT 1.4 8V FlexPower/EconoFlex 4p	Chevrolet	JKO-4398	2013/2014	R\$ 395,63
17	COBALT LT 1.4 8V FlexPower/EconoFlex 4p	Chevrolet	JKO-4418	2013/2014	R\$ 395,63
18	COBALT LT 1.4 8V FlexPower/EconoFlex 4p	Chevrolet	JKO-4438	2013/2014	R\$ 395,63
19	CRUZE LT 1.8 16V FlexPower 4p Aut.	Chevrolet	JKO-4408	2013/2014	R\$ 602,61
20	CRUZE LT 1.8 16V FlexPower 4p Aut.	Chevrolet	JKO-4428	2013/2014	R\$ 602,61
21	CRUZE LT 1.8 16V FlexPower 4p Aut.	Chevrolet	JKO-4348	2013/2014	R\$ 602,61
22	CRUZE LT 1.8 16V FlexPower 4p Aut.	Chevrolet	JKO-4358	2013/2014	R\$ 602,61
23	CRUZE LT 1.8 16V FlexPower 4p Aut.	Chevrolet	JKO-4368	2013/2014	R\$ 602,61
24	CRUZE LT 1.8 16V FlexPower 4p Aut.	Chevrolet	JKO-4388	2013/2014	R\$ 602,61
25	Doblo Cargo 1.8 mpi Fire Flex 8V/16V 4p	Fiat	JHN-5003	2009/2009	R\$ 303,33
26	FLUENCE Sed. Dynamique 2.0 16V FLEX Aut.	Renault	JKO-4641	2012/2012	R\$ 401,41

Item	MODELO	MARCA	PLACA	ANO	Prêmio Comercial
27	FLUENCE Sed. Dynamique 2.0 16V FLEX Aut.	Renault	JKO-4651	2012/2012	R\$ 401,41
28	FLUENCE Sed. Dynamique 2.0 16V FLEX Aut.	Renault	JKO-4661	2012/2012	R\$ 401,41
29	Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.	Ford	JJU-8471	2010/2010	R\$ 407,95
30	Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.	Ford	JJU-8491	2010/2010	R\$ 407,95
31	Ducato Minibus 2.3 ME Diesel	Fiat	JKP-6750	2010/2010	R\$ 663,01
32	Omega CD/ FITTIPALDI 3.6 V6 24V 4p	Chevrolet	JGC-9061	2008/2008	R\$ 476,74
33	Omega CD/ FITTIPALDI 3.6 V6 24V 4p	Chevrolet	JGC-9071	2008/2008	R\$ 476,74
34	Omega CD/ FITTIPALDI 3.6 V6 24V 4p	Chevrolet	JGC-9091	2008/2008	R\$ 476,74
35	Palio Week. ATTRACTIVE 1.4 Fire Flex 8V	Fiat	JKO-6600	2013/2014	R\$ 361,97
36	Palio Week. ATTRACTIVE 1.4 Fire Flex 8V	Fiat	JKO-6610	2013/2014	R\$ 361,97
37	Palio Week. ATTRACTIVE 1.4 Fire Flex 8V	Fiat	JKO-6620	2013/2014	R\$ 361,97
38	Palio Week. ATTRACTIVE 1.4 Fire Flex 8V	Fiat	JKO-6630	2013/2014	R\$ 361,97
39	AZERA 3.0 V6 24V 4p Aut.	Hyundai	OVT-1265	2014/2014	R\$ 818,71
40	AZERA 3.0 V6 24V 4p Aut.	Hyundai	OVT-1269	2014/2014	R\$ 818,71
TOTAL					R\$ 23.086,05

Tabela 8 Descrição detalha dos veículos a serem assegurados

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Considerando a natureza do serviço e sua essencialidade, as apólices a serem contratadas pelo CNJ deverão contemplar no mínimo as coberturas contra sinistros, colisão, furtos, indenização inerente a danos materiais e morais, tanto próprio quanto de terceiro prejudicado, e ainda, cobertura para reparo de retrovisores, faróis, lanternas e vidros. A contratação do seguro visa garantir a salvaguarda do patrimônio deste órgão, em caso de resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem por completo.

Nesse sentido, a contratação visa garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os bens, materiais e serviços. A contratação visa ressarcir, em curto prazo, os altos custos de reparo de veículos envolvidos em acidentes, roubos, furtos, colisões e outros, assim como o valor de mercado destes veículos nos casos de sinistro que implique perda total.

Cabe observar a obrigatoriedade e abrangência do seguro DPVAT, instituído pela Lei Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Esse seguro garante indenizações em caso de morte ou invalidez permanente a todas as vítimas de acidente de trânsito causado por veículo automotor, em todo o território nacional, independentemente de

apuração de culpa. Mas o DPVAT não garante prejuízos materiais, tais como reparos em caso de colisões, ou restituição do bem em caso de roubo ou furto, ou até mesmo de perda total.

O seguro de automóveis é um contrato mediante o qual uma pessoa denominada Segurador se obriga, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar outra pessoa, denominada Segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato, podendo ser com inclusão ou não, de forma conjugada, da cobertura de responsabilidade civil facultativa de veículos e/ou acidentes pessoais de passageiros, conforme circular SUSEP Nº 269/2004.

Tal contratação proporcionará diversos serviços básicos e adicionais, tais como assistência 24 horas, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) e acidentes pessoais de passageiros ou ocupantes, os quais podem ser formatados de acordo com as necessidades e disponibilidade do CNJ.

O modelo de serviço que se pretende contratar permite optar-se por um seguro parcial ou total. Ambos apresentam coberturas em relação a roubo, furto e incêndio. Contudo o seguro parcial, em alguns casos pode apresentar um custo menor pelo serviço oferecido, porém não indeniza em caso de colisão e falecimento, os quais podem trazer problemas durante a utilização do seguro, bem como não aplicação de bônus de seguro nesta modalidade.

Por outro lado, o seguro total, abrange as coberturas do seguro parcial, e ainda cobre danos a terceiros a um custo-benefício razoável. Assim, a contratação de seguro total mostra-se como solução viável de forma a garantir e resguardar o patrimônio público quanto aos veículos institucionais e ressarcimento de danos a pessoas.

O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Distrito Federal e indicada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

- Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto;
- Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
- Raio e suas consequências;
- Incêndio e explosão;
- Queda em precipícios e pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- Granizo;
- Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

- Garantia a veículos terceiros (RCF) /Danos materiais e corporais de terceiros;
- Garantia de Danos Materiais ao Veículo (DMV);
- Atos danosos praticados por terceiros, exceto aqueles não indenizáveis regulamentados pela SUSEP;
- Indenizar integralmente a Contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE – mínimo 110 (cento e dez) por cento para os veículos segurados.

7.1.DA INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL

O Seguro deverá prever um valor de indenização por danos materiais ou corporais causados a terceiros pelo veículo segurado, com valores indenizatórios conforme segue:

O valor estipulado para indenização a terceiros por danos materiais será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

O valor estipulado para indenização a terceiros por danos corporais será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

7.2.DA INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE (APP)

O Seguro deverá prever um valor de indenização por morte ou invalidez permanente para os ocupantes do veículo considerados o número normal/legal de ocupantes dele no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

7.3.DA ASSISTÊNCIA AO SEGURADO

O seguro deve oferecer assistência 24 horas ao segurado, em caso de acidente ou pane mecânica e/ou elétrica, dentro e fora do Distrito Federal.

O seguro deve oferecer cobertura de danos nos acessórios, para-brisa, vidro traseiro (vigia), farol, lanterna e retrovisor.

7.4.DA FRANQUIA

Os valores referentes às franquias dos veículos (casco e vidros) deverão considerar a modalidade “Franquia fixa Reduzida”.

Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos valores dos prêmios de cada item.

Considera-se franquia para vidros o somatório de valores referentes a serviços de substituição de: para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores.

A franquia será paga diretamente à empresa prestadora do serviço de reparo. Para tanto, a Contratada deverá encaminhar, juntamente com a apólice e o manual, relação atualizada das empresas credenciadas ou outro documento que comprove a parceria comercial existente entre as duas empresas, observando o prazo e as condições estipuladas no Termo de Referência.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista que a pretensa contratação tende a ser realizada por meio de dispensa eletrônica, é importante mencionar o Relatório CPC 1444935 em que foram apresentadas dificuldades operacionais na condução da dispensa eletrônica quando do cadastramento individual dos itens:

16. Para além disso tudo, é importante que a Administração avalie também o custo administrativo de gerir várias contratações distintas para o mesmo objeto, e o quanto isto impacta do ponto de vista da eficiência e da boa condução dos serviços em geral.

17. Nesse sentido, caso a Administração opte, nas próximas dispensas, pelo agrupamento dos itens, esta Comissão cadastrará apenas um item no sistema, com o respectivo valor global. Assim, a Seção de Elaboração de Editais deverá evidenciar, de forma bastante clara, nos avisos de dispensa que, embora a dispensa contemple vários itens, o fornecedor deverá efetuar o lance pelo valor global, considerando a soma de todos os itens.

O objeto a ser contratado possui natureza divisível. Todavia, esta unidade gestora sugere uma única contratação para alocar todos os veículos no mesmo objeto, e com isso, pretende-se tornar o processo de contratação mais atrativo para os fornecedores que participarão da dispensa eletrônica.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

9.1. Indicadores de desempenho da contratação

O presente estudo encontra previsão no planejamento estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria nº 104, de 30/06/2020, estabelece em seu artigo 3º, inciso XI, que um dos objetivos estratégicos do órgão é justamente garantir infraestrutura adequada ao seu funcionamento.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

O CNJ já possui outros contratos dessa natureza como apresentado acima no item 4, assim não há a necessidade de mudanças, adequações do ambiente e nem restrições para a celebração do contrato.

O CNJ possui atualmente em sua estrutura a Seção de Transportes-SETRA, subordinada diretamente à Secretaria de Administração do órgão, de

forma que esta seção, composta por dois servidores, é a unidade competente para a fiscalização e gestão dos serviços de transporte.

A referida Unidade possui estrutura logística suficiente para o bom atendimento das demandas de transporte, bem como para seu acompanhamento, controle e fiscalização, não sendo necessárias quaisquer outras alterações no que tange a este quesito.

11.CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Os contratos com o mesmo objeto do item 4, conforme abaixo:

Sei	Contrato	Aditivo	Veículos	Valor inicial	Valor atual	Valor remanescente
04107/2018	13/2018	6º Aditivo	17	R\$7.790,00	R\$4.801,00	-
03697/2020	8/2020	3º Aditivo	23	R\$8.905,00	R\$9.988,49	R\$1.142,76
03702/2020	9/2020	2º Aditivo	1	R\$1.638,07	R\$908,00	R\$1.139,59
						R\$2.282,35

Tabela 9 Valor remanescente dos contratos atuais

12.IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

Para o bom atendimento da legislação atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas, a presente contratação poderá, sem restrição do caráter competitivo da dispensa eletrônica, exigir que as apólices sejam encaminhadas em meio eletrônico, a fim de evitar a impressão de papel.

13.RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A ausência da prestação do serviço de seguro pode reduzir a tranquilidade dos condutores e passageiros, uma vez que não estará protegido o patrimônio público em diversas situações do dia a dia, bem como aumenta a sensação de insegurança. Além disso, roubos ou colisões podem diminuir a capacidade operacional de transporte do CNJ, exigindo uma nova contratação de forma a recompor a frota de veículos que demanda tempo, recurso e disponibilidade.

Nas rotinas operacionais de transporte questiona-se quem dará a autorização para liberação de veículos num cenário de não haver seguro para os veículos. Quem se responsabilizará caso um veículo seja alvo de furto ou roubo e/ou dano, como consequência, da perda de patrimônio público ou

indenização de terceiros de boa-fé. A não contratação dos serviços pode ocasionar a redução da capacidade operativa do CNJ, a abertura de processos administrativos de responsabilização, a perda de patrimônio público, demandas judiciais e paralisação parcial e total dos serviços de transporte que geram interrupção de atividade finalísticas e administrativas de diversas magnitudes.

Desta forma, com o objetivo de melhor demonstrar o risco que acompanham a pretensa contratação, desde seu planejamento até sua execução, foi elaborado o seguinte quadro:

Risco 1	Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Paralisação parcial do serviço	Alto
Alta	2	Perda de Patrimônio Público	Alto
Alta	3	Redução da capacidade operacional de Transporte	Alto
Id	Ação de Mitigação e Contingência para id 1, 2 e 3.		Responsável
1	Notificação à empresa contratada para saneamento urgente das inconsistências		SAD
2	Notificação à empresa para adoção das providências necessárias à restituição do patrimônio sob pena de multa		SAD
3	Gestão junto às unidades competentes para reorganização da frota até recomposição total.		SETRA

Tabela 10 Tabela de risco da contratação

14. CONCLUSÃO DO GESTOR

A contratação do seguro total para os veículos deste Conselho constitui, portanto, forma eficiente de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário na ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda nos veículos segurados ou indenizações a terceiros.

Assim, considerando que essa necessidade de preservação do patrimônio público não se exaure no tempo, mas constitui um dever permanente da Administração, de forma a não colocar em risco de perda ou deterioração os bens sob sua titularidade, de modo que sua interrupção possa vir a comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento de sua missão institucional, entende-se necessária a contratação de seguro veicular.

A cobertura do seguro, abrange os serviços básicos e deve permitir a manutenção do patrimônio público, e serviços acessórios de cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), assistência 24h, Cobertura para danos causados aos passageiros do veículo segurado.

Ademais, a contratação de seguro resguarda a Administração contra eventuais demandas judiciais em decorrência de acidentes provocados por veículos de sua propriedade.

Assim, caso a autoridade competente julgue oportuno e conveniente, opina-se pela escolha da contratação de seguro total para a frota de veículos do CNJ, devendo o seguro dispor sobre os seguintes serviços:

Das Garantias básicas do seguro

O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Distrito Federal e indicada pela seguradora, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

- a) Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto;
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
- c) Raio e suas consequências;
- d) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- f) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- h) Granizo;
- i) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Marcos Paulo Marques dos Santos	marcos.santos@cnj.jus.br	4789	SETRA
Manoella Maria Pereira Ramalho Martins	manoella.martins@cnj.jus.br	4845	SETRA
Izaías Alves Cardoso Filho	izaías.filho@cnj.jus.br	4945	SAD

Tabela 11 Contatos

Unidade: Seção de Compras
Processo: 10283/2022
Assunto: Seguro Veicular
Servidor: Winston Barbosa do Nascimento
Data: 07/03/2023

Estudo Técnico Preliminar				Contrato nº 04/2019 - STF				Empresa: ALLIANZ SEGUROS S.A CNPJ: 06.137.376/0001-66				Empresa: ADARCO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS AMIGOS DA REGIÃO DO CENTRO OESTE CNPJ: 25.148.154/0001-16				Banco de Preços - Diversos Órgãos - SEGURO VEÍCULO				Contrato nº 32/2022 - STJ				MEDIANA (A)		VALOR MÉDIO (B)		VALOR MÍNIMO (C)		% VARIÇÃO ENTRE (B) E (C)		
Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		Valor		
Considerar?		Sim		Considerar?		Sim		Considerar?		Sim		Considerar?		Sim		Considerar?		Sim		Considerar?		Sim		Considerar?		Sim		Considerar?		Sim		
Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	
Seguro Total referente ao veículo CA LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut.	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	
Seguro Total referente ao veículo CA LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut.	2	Veículo	1	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64
Seguro Total referente ao veículo CA LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut.	2	Veículo	1	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64
Seguro Total referente ao veículo CA LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut.	3	Veículo	1	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64
Seguro Total referente ao veículo CA LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut.	4	Veículo	1	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64
Seguro Total referente ao veículo CA LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut.	5	Veículo	1	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64
Seguro Total referente ao veículo CA LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut.	6	Veículo	1	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64
Seguro Total referente ao veículo CA LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut.	7	Veículo	1	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64	741,64
Seguro Total referente ao veículo CA LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut.	8																															

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor médio total estimado:	55.516,16	(cinquenta e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e dezesseis centavos)
Valor mínimo total estimado:	23.086,02	(vinte e três mil, oitenta e seis reais e dois centavos)
Valor mediano total estimado:	53.937,58	(cinquenta e três mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - Brasília/DF - CEP 70070-600
www.cnj.jus.br

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. Trata-se de procedimento administrativo que tem por objeto a contratação, por dispensa de licitação, do serviço seguro veicular para a frota do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

2. Após elaboração de Aviso de Dispensa Eletrônica n. 10/2023 (1517588), os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica (AJU), que se manifestou por meio do Parecer AJU 1515830, opinando pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo de contratação, ressalvadas as observações dos itens 21.2 e 22 do referido opinativo.

3. Tendo em vista as recomendações expostas:

a) Em atendimento ao item 21.2 do Parecer AJU n. 1515830, realizou-se a alteração da redação da cláusula sétima da minuta do Aviso de dispensa de licitação, mantendo-se todas as outras disposições do aviso inalteradas

4. Desse modo, considerando que as recomendações da Assessoria Jurídica foram atendidas/justificadas e, com base na Portaria Diretoria-Geral nº 290/2022 (1419018), que dispõe sobre a delegação de competência à Secretaria de Administração e à Secretaria de Orçamento e Finanças do Conselho Nacional de Justiça, dentre elas, especialmente, a competência para autorizar a realização de dispensa eletrônica, conforme alínea "c", inciso IV, art. 1º do referido normativo, **autorizo** a realização da Dispensa Eletrônica com fundamento no inciso II e no § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, para a contratação do serviço seguro veicular para a frota do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

5. À **Comissão Permanente de Contratação (CPC)**, para publicação do ato de dispensa eletrônica no portal do CNJ, bem como proceder com providências subsequentes.

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 20/03/2023, às 18:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1517604** e o código CRC **EE5237D9**.

10283/2022

1517604v2



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - Brasília/DF - CEP 70070-600
www.cnj.jus.br

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

À CPC;

Em resposta à solicitação contida no Despacho CPC n. 1518181 informo terem sido realizados os ajustes solicitados na minuta do aviso, além de suprimida a tabela do item 1.2 do TR por não manter coerência com a nova lógica de agrupamento adotada. Registra-se que essa alteração não ocasionará prejuízo à contratação, haja vista que todas as informações sobre os veículos constam detalhadas no Anexo B do Aviso.

2. Mantiveram-se todas as outras disposições do documento inalteradas.

3. Ante o exposto, restituo os autos, a minuta do Aviso de dispensa de licitação n. 10/2023 (1518451) para prosseguimento da contratação.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA COBUCCI SALLES, CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS**, em 21/03/2023, às 18:15, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1518453** e o código CRC **E2D1AB00**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 - Lotes 5/6, Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF - sei.cnj.jus.br

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI N. 10283/2022

Ementa: Dispensa de licitação por valor. Lei n. 14.133/2021, art. 75, II. Análise e manifestação.

Senhor Assessor-Chefe,

Trata-se de procedimento administrativo para a contratação do serviço de seguro veicular total para a frota do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de dispensa eletrônica, conforme especificações do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência (arquivos SEI 1497792 e 1503582).

2. A contratação pretendida se justifica pelo Estudo Técnico Preliminar (arquivo SEI 1497792), considerando a necessidade de "resguardar o patrimônio público", bem como "garantir a proteção do interesse do CNJ em relação aos veículos contra os resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem, além de zelar pelo patrimônio público, conforme preconizado pelo princípio constitucional da eficiência."

3. Para tanto, os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

a) Formalização da aquisição direta, com a previsão do objeto da contratação no Plano de Aquisições de 2023 (Processo SEI 08116/2022, arquivo 1513687 - item 39,3 da Planilha);

b) Estudo Técnico Preliminar (arquivo SEI 1497792) e Termo de Referência (arquivo SEI 1503582), devidamente aprovados pelo Secretário de Administração (arquivos SEI 1497963 e 1509426), tendo em vista a competência delegada na Portaria Diretoria-Geral n. 290/2022;

c) Mapa comparativo de preços (arquivo SEI 1507900), ratificado pela unidade demandante, que atestou o **valor médio** obtido na pesquisa para a futura contratação (arquivo SEI 1507991), devidamente aprovado pelo Secretário de Administração (Despacho SAD 1509426), o qual afastou, excepcionalmente, a utilização do valor mínimo para a Dispensa Eletrônica, com base nas justificativas apresentadas pela unidade demandante e afastou a exclusividade da dispensa para ME/EPP;

d) Classificação orçamentária da despesa (arquivo SEI 1508359), bem como indicação da disponibilidade orçamentária (Despacho SEPOR 1508468) e emissão do Pré-empenho (arquivo SEI 1508466).

É o relatório.

ANÁLISE

4. Preliminarmente, destaca-se que a análise declinada no parecer da Assessoria Jurídica limita-se aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade

formal do procedimento. Portanto, não são objeto de manifestação jurídica juízos de conveniência e oportunidade das autoridades competentes sobre a definição do objeto e da melhor maneira de atender à necessidade pública, bem como a revisão e conferência de cálculos, fórmulas ou indicadores, tabelas, técnicas de avaliação ou medição, e outros aspectos alheios às atribuições e aos conhecimentos técnicos da função de assessoramento jurídico. Nesse sentido, cumpre ressaltar, no que tange ao papel do assessoramento jurídico, que este parecer se cinge ao controle prévio de legalidade das contratações diretas, para fins de atendimento do artigo 53, § 4º da Lei n. 14.133/2021, conforme abaixo:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

(...)

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

5. Ademais, convém registrar que, para fins de controle dessa unidade, foi realizado o preenchimento da Lista AJU 1515827, sem prejuízo de que outra lista seja futuramente proposta e adotada.

6. De igual forma, ressalta-se que o presente opinativo tem por base tão somente a documentação carreada aos autos e na legislação correlata. Qualquer arcabouço documental que possa vir a surgir e que tenha o condão de contrariar os fatos apresentados no bojo do processo deve ser novamente submetido à análise desta Assessoria, já que por ora é desconhecido.

7. Ainda em caráter preambular, é de se referir que, nos termos do art. 191 da Lei n. 14.133/2021, a Administração pode, durante o decurso de dois anos da publicação oficial da referida Lei, optar por contratar de acordo com essa Lei ou com a Lei n. 8.666/1993, vedando-se a aplicação combinada das Leis. **Na contratação em tela, a instrução processual e o Aviso de Dispensa Eletrônica n. 10/2023 (arquivo SEI 1510286) indicam que será adotada a Nova Lei, com fundamento na hipótese do inciso II, bem como do § 3º, ambos do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.**

8. O artigo 75, II, da Lei n. 14.133/2021 possibilita a dispensa do procedimento licitatório para outros serviços e compras com valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais - redação original), atualizados pelo Decreto n. 11.317/2022 (R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos)), conforme determina o artigo 182 também da Lei n. 14.133/2021, os quais seguem replicados a seguir:

Lei n. 14.133/2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

Decreto n. 11.317/2022

(...)

inciso II do caput do art. 75 - R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

9. No presente caso, verifica-se que o valor estimado da contratação é de **R\$ 55.516,16 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e dezesseis centavos)** e se encontra dentro do que determina o art. 75, II da Nova Lei.

10. Por sua vez, quanto à metodologia a ser adotada para aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75, a Lei esclarece:

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

11. Contudo, embora elucide o que são os objetos de mesma natureza, considerando-os como as contratações do mesmo ramo de atividade, a Lei não define quais os critérios para o enquadramento do objeto como do mesmo ramo de atividade. Nota-se, assim, uma lacuna sobre o conceito de ramo de atividade.

12. Ressalta-se que o assunto já foi objeto de manifestação por parte desta Assessoria Jurídica e, posteriormente, de estudo pela Secretaria de Administração, tendo o Diretor-Geral deste Conselho, ante as divergências observadas, se manifestado pela adoção da "definição contida no art. 4º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, como critério de análise para aferir a ocorrência de fracionamento de despesa nos procedimentos de contratação direta por dispensa de licitação" (Despacho DG 1467102):

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

(...)

§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

12.2. Nesse aspecto, a Secretaria de Administração atestou que "Em atendimento ao Despacho DG 1467102 o objeto foi classificado no CNAE sob o número 6512-0/00- Sociedade seguradora de seguros não vida e as despesas do referido CNAE, tanto de contratação como de execução para 2023, **não atingem o limite previsto do valor de dispensa.**" (Despacho SAD 1497963)

13. No que tange aos requisitos formais, o legislador exigiu que os processos de dispensa de licitação sejam instruídos, no que couber, com os

elementos requeridos pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, abaixo mencionados:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

14. No mesmo sentido, tendo em vista que a Administração pretende realizar o procedimento pelo Sistema de Dispensa Eletrônica, os autos devem ser instruídos, no que couber, com os documentos estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67, de 8 de julho de 2021:

Instrução

Art. 5º O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão de escolha do contratado;

VII - justificativa de preço, se for o caso; e

VIII - autorização da autoridade competente.

§ 1º Na hipótese de registro de preços, de que dispõe o inciso IV do art. 4º, somente será exigida a previsão de

recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

§ 2º O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento.

§ 3º A instrução do procedimento poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

15. Quanto ao ponto, observa-se que foram obedecidos, até a atual fase de planejamento da contratação, os requisitos que a Lei dispõe, isto é, os documentos preparatórios que devem compor a dispensa de licitação constam dos autos, a saber: a) formalização da demanda, com a previsão do objeto da contratação no Plano de Contratações Anual 2023 (Processo SEI 08116/2022, arquivo 1513687 - item 39,3 da Planilha), b) estudo técnico preliminar (arquivo SEI 1497792) e termo de referência (arquivo SEI 1503582), devidamente preenchidos com especificações e detalhes exigidos pela Lei; c) estimativa de despesa calculada na forma estabelecida no artigo 23, cujos valores foram contemplados no Mapa Comparativo (arquivo SEI 1507900); d) parecer técnico que demonstra o atendimento dos requisitos exigidos (arquivo SEI 1508671); e e) demonstração de compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com compromisso a ser assumido, a partir da declaração de disponibilidade orçamentária (arquivos SEI 1508359, 1508466 e 1508468).

16. No que concerne aos documentos exigidos nos incisos de V a VIII do artigo 72 da Lei n. 14.133/2021, a juntada destes deverá ocorrer após a fase "competitiva" da contratação, que será preferencialmente precedida de divulgação do aviso da dispensa de licitação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, nos termos do art. 75, §3 da Lei n. 14.133/2021.

17. Relativamente às disposições da minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, o artigo 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 preleciona que o documento deve contemplar, além dos requisitos estabelecidos no Termo de Referência, os seguintes:

Órgão ou entidade promotor do procedimento

Art. 6º O órgão ou entidade deverá inserir no sistema as seguintes informações para a realização do procedimento de contratação:

I - a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;

II - as quantidades e o preço estimado de cada item, nos termos do disposto no inciso II do art. 5º, observada a respectiva unidade de fornecimento;

III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;

IV - o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

V - a observância das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

VI - as condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

VII - a data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

Parágrafo único. Em todas as hipóteses estabelecidas no art. 4º, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances, de que trata o Capítulo III, não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta.

18. Analisada a minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica n. 10/2023 e seus anexos (arquivo SEI 1510286), percebe-se que suas disposições estão, em linhas gerais, adequadas ao padrão jurídico-formal aplicável à espécie, cabendo, no entanto, as considerações que seguem.

19. Da minuta, constata-se: a) a indicação do inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, como fundamento para a dispensa; b) a especificação do objeto pretendido, com a definição dos quantitativos e valores estimados para cada item; c) a forma de participação dos fornecedores e de cadastramento da proposta; d) o procedimento da fase de lances e de julgamento das propostas; e) a documentação de habilitação e de qualificação necessários; f) as condições da contratação e as sanções administrativas aplicáveis; e g) o local e horário da execução do fornecimento (item 6.1 do Anexo I - TR).

20. Quanto às disposições previstas na Lei Complementar n. 123/2006 e a possibilidade de a contratação ser realizada preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, verifica-se que a Seção de Transportes indicou, no Despacho 1507327, que:

(...)

No que tange ao tratamento preferencial às empresas ME/EPP, esta unidade técnica informa que a prestação do serviço de seguro trata-se de atividade disciplinada por legislação específica e que de acordo com o art. 24 do decreto 73/1966, a operação em seguros privados é permitida apenas para Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas:

Art 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

Ademais, o Tribunal de Contas da União apontou vedação à intermediação das contratações de seguros por parte de corretoras:

2. É vedada a intermediação de empresa corretora na execução de contrato de seguros adquiridos pela Administração Pública, ainda que inexista vínculo formal direto da corretora com o órgão contratante. (TCU, Acórdão nº 600/2015, Plenário, j. em 23.03.2015.)

Nesse sentido, acreditamos que as empresas que poderão ofertar o serviço supracitado serão empresas de grande porte, já que é vedado a intermediação por parte das corretoras que são as empresas menores.

(...)

20.1. Assim, afastou-se o tratamento preferencial para empresas

desse porte, tendo o Aviso de Dispensa (arquivo SEI 1510286) previsto tal situação, bem como aprovado pela Secretaria de Administração, por meio da alínea "b" da Aprovação Documento de Dispensa n. 1509426.

21. Prosseguindo-se à análise, verifica-se que, na situação dos autos, optou-se pela inclusão da minuta de contrato, como Anexo II do Aviso de Dispensa. Nesse passo, frisa-se que a minuta do termo de contrato apresentada deve ser averiguada à luz dos arts. 92, 94 e 95 da Lei n. 14.133/2021 e da Instrução Normativa CNJ n. 89/2022. Nesse sentido, constata-se que a minuta se encontra, em linhas gerais, em conformidade com a legislação correlata, não trazendo em seu bojo dispositivos que prejudiquem ou onerem excessivamente este Conselho, razão pela qual não se vislumbra óbice jurídico ao seu conteúdo.

21.1. Verifica-se que, no geral, constam da minuta as cláusulas necessárias indicadas no art. 92 da Lei n. 14.133/2021, estabelecendo-se o objeto; a forma de execução/distribuição; as responsabilidades das partes; o preço e o crédito pelo qual correrá a despesa; as condições de pagamento e critérios de reajustamento; o prazo de vigência; os casos de rescisão e as penalidades cabíveis; o acompanhamento e a fiscalização do contrato; e o foro competente. A minuta contempla ainda necessidade de publicação do contrato pelo CNJ no PNCP, a teor do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

21.2. Apesar disso, convém destacar um ponto a ser aperfeiçoado na minuta: na Cláusula Sétima da minuta do contrato, foi incluída previsão de reajustamento pelo IPCA. Ocorre que, considerando-se a natureza do contrato de seguro e a experiência do Contrato CNJ n. 9/2020, orienta-se que seja excluída a previsão de reajustamento do valor do contrato, já que os valores, em tese, são fixos e irreajustáveis durante a execução do serviço. Observa-se que, em regra, a vigência do contrato de seguro/apólice é de 12 meses, tendo-se optado por prever a vigência do contrato administrativo em 12 meses prorrogáveis nos termos da lei, uma vez que o serviço demandado detém natureza contínua, mas que depende de renovação da apólice (ou seja, é nova apólice de seguro, e não a prorrogação de uma apólice prévia). Nesse caso, inclusive, há possibilidade de aplicação de descontos e bonificações, se houver, pela seguradora, sendo que o reajustamento dos valores de prêmio do seguro submetem-se a metodologias diversas da aplicação automática de índices de preços. **Nesse sentido, recomenda-se a adoção da seguinte redação para a Cláusula Sétima da Minuta de Contrato (Anexo II do Aviso de Dispensa), conforme já praticado no Contrato CNJ n. 9/2020:**

CLÁUSULA SÉTIMA - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis.

Parágrafo único - No caso de prorrogação, a **CONTRATADA** deverá aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus e ofertar desconto correspondente, se houver.

22. Destaca-se que, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021, a publicação do contrato, bem como de seus eventuais substitutos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição de eficácia. Nesse ponto, convém ainda mencionar que o Tribunal de Contas da União, no Acórdão n. 1731/2022 - Plenário, tornou insubsistente o Acórdão n. 2458/2021-TCU-Plenário, que dispensou, de forma excepcional e transitória, a publicação no PNCP dos atos pertinentes às contratações amparadas nas hipóteses previstas no art. 75 da Lei n. 14.133/2021, por constar que a limitação outrora identificada restou superada com os novos recursos incorporados ao Portal, entre os quais consta a funcionalidade denominada "Publicador de Contratos", implementada em 14/2/2022. **Assim, adotando-se a**

referida ferramenta, deve o Contrato oriundo da presente contratação ser oportunamente publicado no PNCP, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

23. Oportunamente, em relação à data e ao horário da realização do procedimento, pontua-se que estes deverão ser preenchidos no Aviso de Dispensa pela Comissão Permanente de Contratação (CPC), que, conforme sugerido pelo Grupo de Trabalho instituído no processo SEI 02829/2021, e aprovado pelo Diretor-Geral, no Despacho DG 1349706, é agora a unidade competente para a realização da dispensa eletrônica. No mais, reforça-se que o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances não deve ser inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta (art. 75, §3), e que, conforme o art. 11 da IN n. 67/2021, o período para o envio de lances públicos e sucessivos não deve ser inferior a 6 (seis) horas ou superior a 10 (dez) horas.

24. Por fim, registra-se que, nos termos da Portaria n. 290/2022, o Secretário de Administração é a autoridade competente para autorizar a realização de dispensas até o dobro do valor previsto para dispensa de licitação estabelecido no inciso I do art. 75 da Lei n. 14.133/2021 (artigo 1º, inciso IV, alínea "c").

CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, **ressalvados os itens 21.2 e 22 deste parecer**, opina-se pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo de contratação.

26. Ao final do procedimento de dispensa eletrônica, na forma do art. 23 da IN n. 67/21, o processo deverá ser encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, na forma do art. 71 da Lei n. 14.133/2021 e do item 7 do Aviso de Dispensa Eletrônica n. 10/2023.

É o parecer.

Camila Neves Bezerra
Assessora Jurídica

Senhor Secretário de Administração,

Estou de acordo com os termos deste parecer. Seguem os autos para as providências subsequentes.

Felipe Resende Sabino
Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica
AJU/DG/CNJ



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE RESENDE SABINO, ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 17/03/2023, às 21:41, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA NEVES BEZERRA, ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA**, em 17/03/2023, às 22:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1515830** e o código CRC **2EE56F24**.

Data e hora da consulta: 30/03/2023 12:33

Usuário: ***.823.221-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600
Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2023	NE	186	2023PE000156

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	1000000000	339039	40136	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
29/03/2023	Global	10283/2022	-	35.529,95

Favorecido

Código	Nome	CEP
90.180.605/0001-02	GENTE SEGURADORA SA	90020-060
Endereço		
MARECHAL FLORIANO PEIXO 450 EDIF CENTRO HISTORICO		
Município	UF	Telefone
PORTO ALEGRE	RS	5130238888, 5130238888

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
139	DISPENSA DE LICITACAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-	

Descrição

10283/2022 - CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ.
CONFORME DESPACHO 1523018-SETRA E V1522769-SAD.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	29/03/2023 12:42:57	Alteração

Data e hora da consulta: 30/03/2023 12:33

Usuário: ***.823.221-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	35.529,95

Subelemento 69 - SEGUROS EM GERAL

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME TR/PB (1503582)	35.529,95

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
29/03/2023	Inclusão	1,00000	35.529,9500	35.529,95

Assinaturas

Ordenador de Despesa

BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES

***.525.037-**

29/03/2023 12:42:57

Gestor Financeiro

WERNNE PEREIRA E SILVA

***.924.564-**

29/03/2023 09:41:05



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2023

CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL PARA FROTA DO CNJ (Dispensa de Licitação n. 10/2023 - Processo CNJ/SEI N. 10283/2022).

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP: 70.070-600, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Administração, **Bruno César de Oliveira Lopes**, RG n. 508985 COMAER/SP e CPF n. 084.525.037-09, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 290, de 11 de outubro de 2022, e pelo art. 3º, inciso XI, alíneas "al" e "ar", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa **GENTE SEGURADORA SA**, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 - Centro Histórico - Porto Alegre/RS, CEP 90.020-060, telefone: (51) 3023-8888, e-mail: administracao@segurosrl.com.br e licitacao@genteseguradora.com.br, inscrita no CNPJ sob o n. 90.180.605/0001-02, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por **Marcelo Wais**, RG n. 7009036166 e CPF n. 632.005.380-15, celebram o presente contrato com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observando-se o que consta no Processo CNJ/SEI 10283/2022, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é contratação de seguro total para a frota de veículos oficiais do Conselho Nacional de Justiça, observado o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição, e serão observados naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - A execução do objeto do presente contrato será de forma indireta, por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

- f) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução dos ajustes;
- i) O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados
- j) **Outras obrigações previstas no Termo de Referência são parte integrante deste Contrato.**

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) **Outras obrigações previstas no Termo de Referência são parte integrante deste Contrato.**

DO REGIMENTO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA QUINTA - O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

DO VALOR

CLÁUSULA SEXTA - O valor total do presente contrato é de **R\$ 35.529,95 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos)**, conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

Parágrafo único - Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

Parágrafo primeiro - No caso de prorrogação, a **CONTRATADA** deverá aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus e ofertar desconto correspondente, se houver.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Termo de Referência, observado o Art. 140, da Lei 14.133/2021.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela **CONTRATADA**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da liquidação da despesa, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#), cumprindo os seguintes requisitos:

A) Apresentação da apólice do seguro; da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária.

B) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Seguradora.

Parágrafo primeiro - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo terceiro - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo quarto - A apólice apresentada em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Seguradora e, nesse caso, o prazo previsto no caput será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Parágrafo quinto - Nenhum pagamento será efetuado à Seguradora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DEZ – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA-E, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA ONZE – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: 02.032.0033.21BH – “Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias”, no plano orçamentário “Apoio Administrativo”, Natureza da Despesa: 33.90.39.69, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. 184/2023, datada de 30 de março de 2023.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DOZE – Nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021, comete infração administrativa, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro - Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **multa, nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;**
- c) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da cláusula treze deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da cláusula treze deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo segundo - O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

Parágrafo terceiro - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Parágrafo quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo sexto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo sétimo - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo oitavo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo nono - o **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Parágrafo dez - Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo onze - Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais, podendo ser digitalizados, e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA TREZE - O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUATORZE - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021, constituem motivos para a extinção deste contrato:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas estabelecidas pelo Termo de Referência ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade.

Parágrafo único - Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA QUINZE - Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de extinção do contrato, nos termos do artigo 137, § 2º, da Lei 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, as disposições dos artigos 138 e 139 da referida Lei.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DEZESSEIS - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DEZESSETE - O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZOITO - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

DO FORO

CLÁUSULA DEZENOVE - Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro de

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VINTE - O extrato do presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o artigo 94, da Lei 14.133/2021.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Bruno César de Oliveira Lopes
Secretário de Administração

Pela **CONTRATADA**

Marcelo Wais
Representante

ANEXO A DO CONTRATO N. 05/2023, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL PARA FROTA DO CNJ (Dispensa de Licitação n. 10/2023 - Processo CNJ/SEI N. 10283/2022).

VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

Item	Especificações	Unidade de medida	Qtd.	Valor unitário	Valor total
1	Seguro Total referente ao veículo C4 LOUNGE Live 1.6 Turbo Flex Aut	Veículo	13	R\$ 712,49	R\$ 9.262,37
2	Seguro Total referente ao veículo HR 2.5 TCI Diesel (RS/RD)	Veículo	1	R\$ 1.170,66	R\$ 1.170,66
3	Seguro Total referente ao veículo COBALT LT 1.4 8V FlexPower/EconoFlex 4p	Veículo	4	R\$ 909,84	R\$ 3.639,36
4	Seguro Total referente ao veículo CRUZE LT 1.8 16V FlexPower 4p Aut.	Veículo	6	R\$ 1.105,94	R\$ 6.635,64
5	Seguro Total referente ao veículo Doblo Cargo 1.8 mpi Fire Flex 8V/16V 4p	Veículo	1	R\$ 1.032,91	R\$ 1.032,91
6	Seguro Total referente ao veículo FLUENCE Sed. Dynamique 2.0 16V FLEX Aut.	Veículo	3	R\$ 1.172,49	R\$ 3.517,47
7	Seguro Total referente ao veículo Fusion SEL 2.5 16V 173cv Aut.	Veículo	2	R\$ 770,67	R\$ 1.541,34
8	Seguro Total referente ao veículo Ducato Minibus 2.3 ME Diesel	Veículo	1	R\$ 942,51	R\$ 942,51
9	Seguro Total referente ao veículo Omega CD/ FITTIPALDI 3.6 V6 24V 4p	Veículo	3	R\$ 1.062,81	R\$ 3.188,43
10	Seguro Total referente ao veículo Palio Week. ATTRACTIVE 1.4 Fire Flex 8V	Veículo	4	R\$ 689,01	R\$ 2.756,04
11	Seguro Total referente ao veículo AZERA 3.0 V6 24V 4p Aut.	Veículo	2	R\$ 921,61	R\$ 1.843,22
VALOR TOTAL: R\$ 35.529,95 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos)					



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE RESENDE SABINO, ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 31/03/2023, às 11:54, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Wais, Usuário Externo**, em 31/03/2023, às 16:18, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 31/03/2023, às 18:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj.gov.br/) informando o código verificador **1526207** e o código CRC **7C49C786**.

10283/2022

1526207v13



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 27 DE 31 DE MARÇO DE 2023

Dispõe sobre designação de gestores do objeto da Contrato n. 05/2023.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/21, com fundamento na Portaria nº 290, de 11 de outubro de 2022, e tendo em vista o que consta do Processo nº 09200/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Marcos Paulo Marques dos Santos**, matrícula 2015, como gestor, e a servidora **Manoella Maria Pereira Ramalho Martins**, matrícula 1852, como gestora substituta, respectivamente, do Contrato 05/2023 (1526207), celebrado com a empresa **GENTE SEGURADORA SA**, CNPJ 90.180.605/0001-02, cujo objeto é a contratação de seguro total para a frota de veículos oficiais do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bruno César de Oliveira Lopes

Secretário de Administração



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 31/03/2023, às 18:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1527494** e o código CRC **E638661C**.

Documento Digitalizado Público

PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES (ETP - SEGURO DE VEÍCULOS)

Assunto: PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES (ETP - SEGURO DE VEÍCULOS)
Assinado por: Marcio Oliveira
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Marcio Luis Goes de Oliveira, ADMINISTRADOR**, em 27/06/2023 10:15:49.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/06/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 71024

Código de Autenticação: fa12a0d531

